

Demonstrações Financeiras 2016



Mensagem da Administração

O fim do ano de 2016 foi de grande mudança para a Companhia. A CTG adquiriu os ativos da Duke Energy International no Brasil e assumiu o controle indireto da Rio Paranapanema Energia S.A., novo nome da Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A.. A transação, com o *enterprise value* de US\$ 1,2 bilhão, amplia a capacidade instalada da CTG no Brasil para 8,27 GW. Com a aquisição dos ativos da Companhia, que são referência de mercado em operação, manutenção, sustentabilidade, saúde e segurança, a CTG complementa seu portfólio e torna-se uma empresa ainda mais forte no Brasil, país em que acredita e escolheu para investir com uma visão de longo prazo.

O ano de 2016 foi desafiador para os negócios, com instabilidade econômica e política que motivou a queda da demanda de energia, especialmente do setor industrial. O cenário do setor elétrico também refletiu aspectos regulatórios, com a discussão de temas cruciais, como a revisão das garantias físicas das usinas hidrelétricas e a solução para o risco hidrológico – duas questões que serão encaminhadas em 2017.

Nesse cenário de desafios, continuamos a investir no sólido relacionamento com nossos públicos, na proteção dos ativos e no gerenciamento dos riscos, bem como na excelência operacional. A experiência acumulada, capacidade técnica, comprometimento dos colaboradores, investimento em melhorias nos sistemas operacionais e eficiente manutenção dos equipamentos proporcionaram resultados positivos. No ano, nossas usinas nos rios Paranapanema e Sapucaí-Mirim, operadas por meio de nossa subsidiária, geraram 14.616,3 GWh de energia, 22,8% acima do exercício anterior, com disponibilidade de 89,11% e baixa taxa de falha nas unidades geradoras.

No aspecto financeiro, atuamos com disciplina e gestão de custos. A receita líquida evoluiu 9,6%, para R\$ 1,3 bilhão, e as despesas operacionais ficaram 12,1% abaixo do ano anterior, efeito principalmente dos menores custos para compra de energia. Adicionalmente, destaca-se a geração de caixa, com EBITDA de R\$ 870,2 milhões, acréscimo de 34,4% sobre 2015. Destaque ainda para uma emissão de debêntures no valor de R\$ 160,0 milhões, na qual obtivemos as melhores taxas de mercado do período (CDI + 2%).

Em 2016, por conta da qualidade e transparência das informações contidas em nossas demonstrações contábeis, recebemos o Troféu Transparência 2016, na categoria Setor Elétrico, concedido pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac).

A fim de contribuir para o desempenho operacional e para melhorias em todo o setor elétrico, investimos R\$ 5,9 milhões em projetos de P&D em 2016, que abrangem as mais diversas áreas, como Operações, Regulatória, Meio Ambiente, Riscos, Finanças e Responsabilidade Social. No período, integramos o *ranking* das 100+ Inovadoras no Uso de TI no Brasil, elaborado pela IT Mídia.

Em gestão de pessoas, demos prosseguimento aos programas de desenvolvimento dos colaboradores. Como resultado, em 2016 a Pesquisa de Clima Organizacional apresentou índice de satisfação interna de 87%, dois pontos acima do registrado em 2015. Além disso, continuamos presentes, desta vez em nono lugar, entre as melhores empresas para se trabalhar no país na categoria Médias e Pequenas Multinacionais, de acordo com o *Instituto Great Place to Work® (GPTW)* e revista *Época*.

Adicionalmente, a segurança continuou a permear toda a nossa atuação. No ano, obtivemos taxa zero de acidentes entre nossos empregados próprios. Entretanto, infelizmente, ocorreram dois acidentes com terceiros, o que demonstra a necessidade de continuarmos agindo em prol da segurança de todos.

Mantivemos também investimentos e parcerias com as comunidades do entorno de nossos ativos de geração, em iniciativas diversas que vão do incentivo à cultura a projetos focados no desenvolvimento local e geração de renda. Pela primeira vez alcançamos, com essas iniciativas, 100% dos mais de 70 municípios em áreas de influência de nossas usinas. Fruto desse trabalho, recebemos um importante reconhecimento em 2016, como empresa de destaque do setor elétrico no *Guia Exame de Sustentabilidade*.

Em 2016, executamos uma série de atividades vinculadas às licenças ambientais. Como destaque, concluímos dois projetos de pesquisa e desenvolvimento do pilar de meio ambiente: (i) identificação de peixes para repovoamento, como apoio a programas de conservação e recuperação do estoque pesqueiro em nossas bacias hidrográficas; e (ii) monitoramento e controle de erosões marginais em reservatórios hidrelétricos, com o objetivo de criar mecanismos para o tratamento dessa questão.

Para 2017, temos o compromisso de dar continuidade à trajetória de solidez financeira e excelência operacional da Companhia, contando com o apoio dos acionistas, investidores e colaboradores e a parceria de clientes, fornecedores e comunidades. Esperamos continuar gerando valor para todos os nossos públicos de relacionamento, de maneira responsável e sustentável no longo prazo.

Li Yinsheng

Diretor-Presidente



CTG Brasil





CTG Brasil

Rio Paranapanema Energia S.A.
CNPJ nº 02.998.301/0001-81
Companhia Aberta

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2016



Senhores acionistas e debenturistas,

A Administração da Rio Paranapanema Energia S.A. (anteriormente denominada Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A.) tem a satisfação de apresentar este Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, que são acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal.

SOBRE ESTE RELATÓRIO

Este relatório da Rio Paranapanema Energia S.A., empresa do grupo China Three Gorges Corporation (CTG), foi elaborado com base nas orientações do *International Integrated Reporting Council (IIRC)* para Relatório Integrado e cobre informações financeiras e não financeiras referentes ao período entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2016. Na estruturação do conteúdo foi seguido o conceito do IIRC para os seis capitais: financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social e natural.

Os dados financeiros e operacionais são apresentados em base consolidada e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), sendo as demonstrações financeiras auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

Os temas não financeiros relacionam-se a aspectos materiais identificados em processo de consulta a públicos de relacionamento da Companhia.

A RIO PARANAPANEMA ENERGIA S.A.

Concessionária de oito usinas hidrelétricas instaladas ao longo do Rio Paranapanema e autorizada de duas pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) localizadas no Rio Sapucaí-Mirim, operadas por meio de sua subsidiária, a Rio Paranapanema Energia S.A. e sua controlada comercializam energia para distribuidoras e clientes do mercado livre instalados em diferentes regiões do Brasil. Desde dezembro de 2016 faz parte da CTG, segunda maior geradora privada de energia renovável instalada no país.

As usinas da Rio Paranapanema Energia S.A. são operadas a partir de dois contratos de concessão assinados com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) - para as unidades Jurumirim, Chavantes, Salto Grande, Capivara, Taquaruçu e Rosana, e será encerrado em 2029; e para as usinas Canoas I e Canoas II, operadas em sistema de consórcio com a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), com prazo até 2033. Nesse sistema compartilhado, cabe à Rio Paranapanema Energia S.A. 49,7% da capacidade instalada, o que equivale ao volume de 53,2 megawatt médio (MWm). Com prazo de encerramento em 2032, as PCHs, que são operadas por meio de sua subsidiária Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda., são operadas a partir de resoluções autorizativas emanadas pela ANEEL. No total, a capacidade instalada no final de 2016 era de 2.273,8 megawatt (MW).

No encerramento de 2016, a CTG concluiu a aquisição dos ativos da Duke Energy no Brasil. A transação representou a aquisição direta pela CTG de todas as 735.023 ações preferenciais detidas pela Duke Energy International Brazil Holdings S.à.r.l. e indireta das 31.180.723 ações ordinárias e 57.849.548 ações preferenciais detidas pela Rio Paranapanema Participações S.A. (anteriormente denominada Duke Energy International, Brasil Ltda.), controladora direta da Companhia, representando no total 99,06% do capital votante da Companhia. A compra foi efetivada em 29 de dezembro de 2016, sendo que a alienação indireta do controle da Companhia foi autorizada pelo Conselho Administrativo de Defesa da Economia (CADE) em 4 de novembro de 2016. Após a alienação indireta do controle para a CTG, em 26 de janeiro de 2017, a então Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A. passou a ser denominada Rio Paranapanema Energia S.A.

Com a transação, correspondente ao *enterprise value* de US\$ 1,2 bilhão - a CTG Brasil ampliou sua capacidade instalada para 8,27 GW, incluindo usinas sob gestão da Companhia e participações.

MODELO DE NEGÓCIOS

O modelo de negócios da Companhia define seus objetivos e suas relações, bem como a forma com a qual gera valor para seus *stakeholders* no curto, médio e longo prazos.

CAPITAIS

Capital Natural: a água é o principal recurso para a geração de Energia. A Companhia investe na maior eficiência do uso desse recurso e no controle de sua qualidade.

Capital Humano: a Companhia percebe seus colaboradores como fundamentais para a continuidade dos negócios.

Capital Social: inclui o sólido relacionamento com comunidades do entorno de seus empreendimentos, bem como com seus fornecedores e demais partes interessadas no bom desempenho organizacional.

Capital Financeiro: os investimentos necessários para o fortalecimento e bom desempenho dos negócios são realizados com recursos financeiros próprios e de terceiros.

Capital Manufaturado: as usinas de geração são o principal capital construído da Companhia.

Capital Intelectual: inclui investimentos em pesquisa e desenvolvimento que contribuem para a formação de profissionais de institutos de pesquisa e crescimento dos profissionais envolvidos nos projetos, bem como para o desenvolvimento dos negócios.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A fim de estabelecer uma relação de confiança e transparência com todos os seus públicos de interesse, a Rio Paranapanema Energia S.A. segue regras de governança corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e a Lei das Sociedades por Ações. Também adota práticas que assegurem a conformidade de suas ações, incluindo a contratação de auditoria independente para avaliar seus balanços e demonstrações financeiras, e estabelece claras atribuições para a alta administração. As atividades da Administração e as demonstrações financeiras são fiscalizadas pelo Conselho Fiscal, de caráter não permanente, instalado sempre que requerido pelos acionistas, como previsto no Estatuto Social da Companhia.

O Conselho de Administração tem entre suas responsabilidades estabelecer as diretrizes do negócio e eleger os membros da Diretoria-Executiva, definir suas atribuições e fiscalizar seu desempenho. É constituído por até seis membros efetivos e um membro suplente, eleitos em Assembleia Geral para mandatos de três anos, sendo permitida a reeleição. Dois dos membros (um efetivo e seu respectivo suplente) são eleitos pelos empregados. O Conselho de Administração é liderado por seu presidente, que também cumula o cargo de Diretor Presidente da Companhia. Em 2016, era integrado por sete membros, 29% com idade entre 30 e 50 anos e 71% com mais de 50.

A Diretoria Executiva é responsável por administrar os negócios e executar as deliberações do Conselho de Administração. Cabe ao Diretor Presidente da Companhia delegar as funções e atribuições de cada Diretor Executivo. Seus integrantes são eleitos pelo Conselho de Administração para mandatos de dois anos, sendo permitida a reeleição. Em dezembro de 2016, era composta por seis integrantes.

Troféu transparência - A Companhia recebeu o Troféu Transparência 2016, na categoria Setor Elétrico, concedido pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (ANEFAC) em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPCAFI) e Serasa Experian. O prêmio avalia qualidade e grau das informações contidas nas suas demonstrações contábeis, a transparência das informações prestadas, a qualidade do relatório da administração integrado e a divulgação de aspectos relevantes não exigidos legalmente, mas importantes para o negócio.

COMPORTAMENTO ÉTICO

Para nortear o comportamento esperado dos colaboradores na condução dos negócios, a Rio Paranapanema Energia S.A. conta com o Código de Ética e Conduta nos Negócios da CTG. O documento traz orientações para os colaboradores, alinhadas às melhores práticas de gestão, governança e transparência. Até dezembro de 2016, como parte do Grupo Duke Energy, a Companhia seguiu o Código de Ética nos Negócios da Duke Energy Corporation.

Com foco na construção de uma cultura de conformidade, a Companhia mantém o Programa de *Compliance* atrelado a uma das metas do Programa de Bônus. O acompanhamento se dá por meio de indicadores que levam em consideração os resultados das auditorias internas e externas, a verificação dos controles internos e a leitura de políticas.

GESTÃO DE RISCOS

Como forma de proteger seus ativos e garantir a sustentabilidade dos negócios, a Rio Paranapanema Energia S.A. analisa periodicamente os riscos que possam afetar negativamente as operações ou o desempenho financeiro, por meio do monitoramento de fatores macroeconômicos e setoriais.

Os riscos inerentes ao negócio da Rio Paranapanema Energia S.A. incluem o processo de revisão ordinária da garantia física previsto na legislação brasileira, a extinção dos contratos de concessão, a regulamentação ambiental, os riscos financeiros, comerciais e de contratos com fornecedores e operacionais. Estes e outros fatores de riscos estão descritos no Formulário de Referência, disponível na internet (www.paranapanemaenergia.com.br).

Em 2012, a Companhia promoveu uma mudança na gestão de riscos e investiu em um projeto com recursos de P&D, para o desenvolvimento do *Enterprise Risk Management (ERM)*, cujo objetivo foi aprimorar o monitoramento dos riscos para o horizonte de cinco anos e abrangência sobre todos os tipos de riscos inerentes ao negócio.

Nesse processo, são adotadas as diretrizes da norma ISO 31000:2009, assim como o padrão Coso (do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*, ou Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão *Treadway*). Nas questões ambientais, conta com uma Política de Gestão de Meio Ambiente, Saúde e Segurança para assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades.

Adicionalmente, conta com o apoio de grupos, como o de Gestão de Crises, além de manter Sistema de Operação em Situação de Emergência (SOSEM), Plano de Resposta para Emergências (PRE) e Plano de Continuidade de Negócios (PCN).

RELACIONAMENTO COM PARTES INTERESSADAS

A Companhia busca manter um relacionamento constante com seus públicos de interesse que impactam ou são influenciados por suas operações. Para mapeamento e engajamento desses *stakeholders*, a Rio Paranapanema Energia S.A. conta com um procedimento sistêmico incorporado ao Sistema de Gestão Integrado, certificado em 2014 pela Norma NBR 16001 - Responsabilidade Social, que avalia e classifica os públicos.

Faz parte do engajamento a participação dos públicos classificados como mais relevantes na identificação e validação dos temas materiais da Companhia. As partes interessadas são contatadas bianualmente, por meio de painéis, pesquisas com formulários eletrônicos ou pessoalmente. Além disso, demandas dos públicos são recebidas por meio do Canal Gestão da Responsabilidade Social, disponível no *website* da Empresa.

CAPITAL FINANCEIRO

Contexto de Mercado

O ano de 2016 foi marcado pelo agravamento da queda do nível de atividade econômica no Brasil. Com cenário econômico desafiador, escândalos de corrupção e com o processo de *impeachment* que afastou a presidente eleita da República, a retração do Produto Interno Bruto (PIB) chegou a 3,6% (recou de 3,8% em 2015), com oito trimestres consecutivos de queda. A taxa de desemprego alcançou 12% em dezembro e foi a mais elevada desde 2012, início da série histórica do Instituto Brasileiro de Geografia e Economia (IBGE).

A inflação no ano, entretanto, foi menor do que a meta de 6,5% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), registrando 6,29% - ante 10,67% em 2015. A taxa básica de juros encerrou o ano em 13,75%, redução de 0,5 ponto percentual sobre o final de 2015. Também diferentemente de 2015, o real contou com valorização de 16,5% em relação ao dólar, que encerrou o ano cotado a R\$ 3,259 (R\$ 3,905 no final do ano anterior).

Todo esse cenário refletiu-se no desempenho de diversos setores no país. O consumo no varejo registrou o segundo ano consecutivo de retração de vendas, com queda de 6,2% (4,3% em 2015), a produção industrial recuou 6,6% e o setor de serviços acumulou retração de 5,0%, segundo o IBGE.

O consumo de energia recuou 0,9% em 2016, de acordo com dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), reduzindo o ritmo de queda em comparação ao ano anterior (menos 2,1%). A maior retração, de 2,9%, foi registrada no setor industrial, seguida de comércio e serviços, com menos 2,5%. O consumo do segmento residencial cresceu 1,4%, após cair 0,7% no ano anterior. Por região, houve retração de 1,8% no Sudeste, de 1,0% no Centro-Oeste e de 0,3% no Sul e Nordeste, enquanto o Norte registrou alta de 2,0%.

O segmento de atuação da Companhia, de geração de energia, encerrou 2016 com capacidade total instalada de 150,4 GW no país, 6,8% acima do ano anterior, conforme o Boletim de Monitoramento do Sistema Elétrico Brasileiro, do Ministério de Minas e Energia.

INDICADORES DE REFERÊNCIA - EM 31 DE DEZEMBRO

	2016	2015	2014	2013	2012
IGP-M	7,17%	10,54%	3,69%	5,51%	7,82%
IPCA	6,29%	10,67%	6,41%	5,91%	5,84%
Taxa de câmbio	3,2591	3,9048	2,6562	2,3426	2,0435
Δ% Taxa de câmbio	-16,54%	47,01%	13,39%	14,64%	8,94%
Selic	13,75%	14,25%	11,75%	10,00%	7,30%
CDI	14,00%	13,24%	10,81%	8,06%	8,40%

CENÁRIO REGULATÓRIO

Além dos fatores macroeconômicos, aspectos regulatórios marcaram o ano de 2016, entre eles a discussão setorial em torno do processo de revisão ordinária das garantias físicas e a correta alocação do risco hidrológico assumido pelos geradores hidráulicos integrantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). Nesse sentido, o GSF (do inglês *Generation Scaling Factor*), que consiste na relação entre o volume de energia efetivamente gerado pelas usinas hidroelétricas e a garantia física total do mecanismo, tem se tornado um grande fator de risco para as geradoras hidrelétricas. Com a diversificação da matriz elétrica, o cenário de retração econômica e de hidrologia crítica - fatores que fogem do controle das companhias de geração hidrelétrica - fica prejudicada a geração de energia elétrica disponível no mecanismo criado para compartilhamento de risco hidrológico. Nesse cenário, observa-se uma falta de energia disponível para alocação entre os integrantes do mecanismo e, como consequência, uma necessidade maior de aquisição de energia a partir de outras fontes, tipicamente mais caras, para honrar seus respectivos contratos de venda.

Nesse sentido, em 2016, a exemplo dos demais anos, a Companhia participou ativamente das consultas públicas relacionadas ao tema promovidas tanto pela ANEEL como pelo Ministério de Minas e Energia, no sentido de contribuir tecnicamente com o aprimoramento do arcabouço regulatório setorial. Adicionalmente, a Companhia tem permanentemente traçado cenários para mitigar os impactos de possíveis riscos ao negócio.

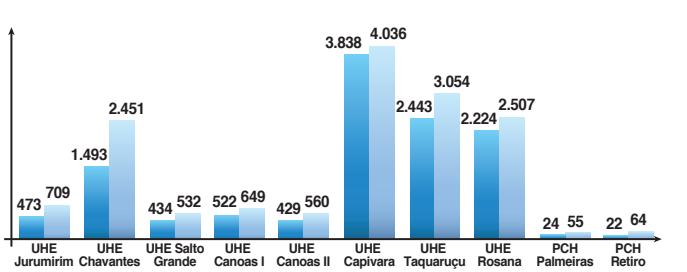
GERAÇÃO

Em 2016, as usinas da Companhia geraram 14.616,3 GWh de energia, 22,8% acima do exercício anterior (11.901,2 GWh), o equivalente a 2,7% da energia elétrica produzida no país no período. O volume foi 47,8% superior à energia assegurada/garantia física para o ano, fixada em 9.890,3 GWh, correspondendo a 1.125,9 MWm.

A condição hidrológica favorável nos reservatórios ao longo do Rio Paranapanema foi a principal razão do acréscimo na geração. Os reservatórios da Companhia encerraram 2016 com 58,7% de volume armazenado, um pouco inferior à média anual de 63% (34 anos de histórico).

No ano, a experiência acumulada, capacidade técnica, comprometimento dos colaboradores, política consistente de dispêndio de capital - que inclui melhorias nos sistemas operacionais - e eficiente manutenção dos equipamentos geraram resultados positivos. Entre eles, destaca-se o desempenho operacional das Usinas Hidrelétricas (UHEs), com disponibilidade de 89,11% e baixa taxa de falha nas unidades geradoras.

PRODUÇÃO DE ENERGIA (GWh)



Garantia Física

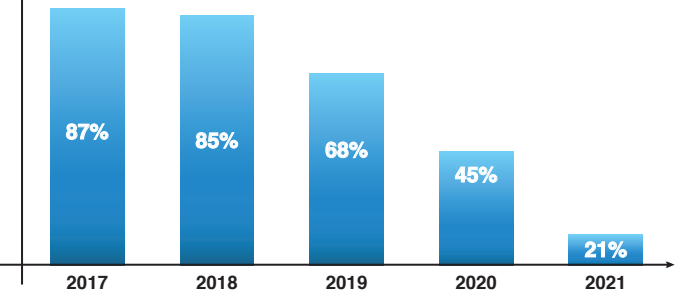
A garantia física líquida da Companhia em 2016 foi de 1.099,35 MWm, sendo 1.083,41 MWm referentes a oito UHEs, no Rio Paranapanema, e 15,93 MWm relativos às PCHs Palmeiras e Retiro, no Rio Sapucaí. Desse volume, 1.003,30 MWm foram contratados. No ano, o governo prorrogou os atuais valores de garantia física das usinas hidrelétricas do país até 31 de dezembro de 2017. Uma nota técnica divulgada pela EPE previa que a revisão da garantia física das usinas poderia resultar em uma redução de 2,5% no montante de energia do País. Isso corresponderia a menos 1.408 MWm, reduzindo o total para 56.016 MWm. Os novos valores de garantia física devem entrar em vigor a partir de janeiro de 2018.

COMERCIALIZIZAÇÃO

Em 2016, a energia total disponível para comercialização, considerando a Companhia e sua Controlada, foi de 1.044 MWm. A Companhia teve 90,9% de sua garantia física contratada, uma vez que reservou 9,1% para mitigação do risco hidrológico. O resultado do nível de contratação é decorrente de 72 contratos vigentes com faturamento em 2016.

A estratégia de atuação no período foi centrada em dois objetivos: (i) Mitigar a exposição financeira relativa ao mercado de curto prazo, decorrente do risco hidrológico; e (ii) Manter a estabilidade do fluxo de receita.

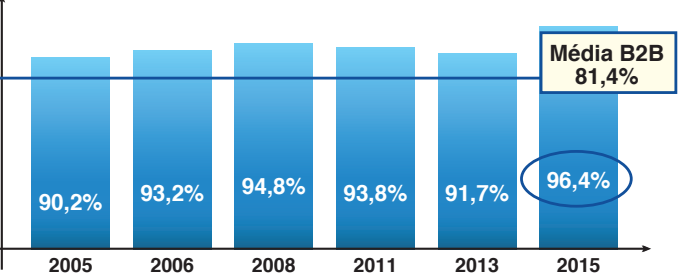
ENERGIA CONTRATADA



Satisfação do Cliente

A qualidade de seus produtos e serviços é uma premissa para a Companhia. Por isso, conta com procedimentos e controles determinados na Política da Qualidade, revisada anualmente, e com metas divulgadas no planejamento estratégico anual, em que todos os indicadores do Sistema de Gestão da Qualidade devem ser 100% atendidos. Esse sistema possui a certificação pela norma ISO 9001:2008 e foi revalidado e recertificado pela Fundação Vanzolini por mais um ciclo de três anos.

ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO CLIENTE



A Companhia realiza há dez anos a Pesquisa de Satisfação do Cliente, conduzida por um instituto brasileiro independente. A última pesquisa, realizada em 2015, apontou 96,4% de clientes satisfeitos, o maior índice histórico registrado pela Companhia e superior à média de 81,4% do mercado B2B (*Business to Business*), segundo o mesmo instituto que realizou a pesquisa.

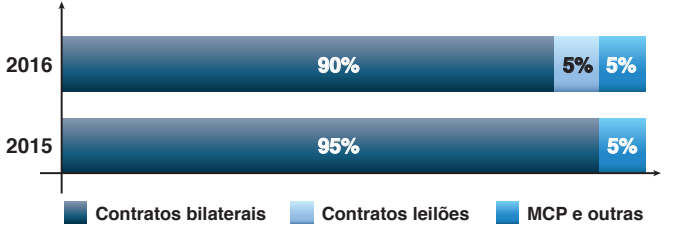
Qualidade no atendimento - Em 2016, a Companhia foi reconhecida com o Prêmio Top de Marketing da Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil (ADVB) pelo aplicativo *Guia do Cliente Livre* que, desde 2016, passou a contar com novas ferramentas, textos e funcionalidades. Na ocasião, a Companhia verificou que mais de 85% dos usuários atualizam o aplicativo todos os meses. Outro destaque foi o desenvolvimento do *Dicionário Prático de Energia Elétrica*, um aplicativo bilíngue que traduz termos e principais siglas utilizados pelo setor elétrico.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Principais Indicadores (R\$ Mil)			
	2016	2015	Variação %
Financeiros			
Receita operacional bruta	1.496.316	1.395.618	7,2
(-) Deduções à receita operacional	(163.005)	(179.398)	-9,1
Receita operacional líquida	1.333.311	1.216.220	9,6
(-) Despesas operacionais	(688.081)	(782.810)	-12,1
Resultado do serviço	645.230	433.410	48,9
Ebitda	870.208	647.710	34,4
<i>Margem Ebitda</i> - %	65,3%	53,3%	+12,0 pp
Resultado financeiro	(147.425)	(178.372)	-17,3
Resultado operacional	497.805	255.038	95,2
Lucro líquido do exercício	361.040	182.647	97,7
<i>Margem líquida</i> - %	27,1%	15,0%	+12,1 pp
Ações			
Ações em circulação (em milhares de ações)	94.433	94.433	-
Lucro líquido por lote de mil ações (em reais)	3.823,22	1.934,14	97,7
Patrimoniais			
Ativos totais	4.388.123	4.182.588	4,9
Dívidas em moeda nacional	(1.527.751)	(1.458.783)	4,7
Patrimônio líquido	(1.771.988)	(1.813.883)	-2,3

Receita
A receita operacional bruta totalizou R\$ 1.496 milhões em 2016, aumento de 7,2% comparativamente ao ano anterior, como reflexo especialmente dos maiores volumes de energia vendida. Os contratos bilaterais representaram 90% da receita (95% no ano anterior). A receita líquida, de R\$ 1.333 milhões, representou acréscimo de 9,6%.

COMPOSIÇÃO DA RECEITA BRUTA





CTG Brasil

Rio Paranapanema Energia S.A.
CNPJ nº 02.998.301/0001-81
Companhia Aberta



★continuação

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2016

Despesas Operacionais

Houve redução de 12,1% nas despesas operacionais, que totalizaram R\$ 688,1 milhões em comparação a R\$ 782,8 milhões em 2015. O desempenho expressa especialmente os menores custos de energia comprada para revenda em decorrência de melhores condições hidrológicas ao longo do ano, além da redução do preço médio no mercado de curto prazo (Preço de Liquidação das Diferenças - PLD). Esse custo registrou decréscimo 58,5%, o equivalente a R\$ 123,9 milhões no acumulado do ano.

Outros fatores que impactaram mais expressivamente as despesas operacionais foram:

- **Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos:** aumento de R\$ 22,8 milhões (34,8%) especialmente devido ao reajuste de 9,5% na Tarifa Atualizada de Referência (TAR), que passou de R\$ 85,26/MWh para R\$ 93,35/MWh a partir de 1º de janeiro de 2016, e ao aumento de 22,8% no volume de energia gerada no acumulado do ano.
- **Encargos de uso da rede elétrica:** aumento de R\$ 13,3 milhões, ou mais 13,8%, decorrentes dos reajustes incidentes sobre estes encargos durante 2016.
- **Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais:** redução de R\$ 2,1 milhões, ou menos 29,1% em comparação ao mesmo período do ano anterior, principalmente em decorrência da reavaliação de algumas provisões relativas a contingências fiscais, somada ao levantamento parcial e provisório de depósito judicial relacionado a contingências ambientais.
- **Outras despesas:** Incremento de R\$ 5,2 milhões em relação a 2015, representado, principalmente, por baixas de ativos relativas às modernizações e reformas na Usina de Chavantes.
- **Créditos de liquidação duvidosa:** reversão de R\$ 2,5 milhões, em decorrência dos efeitos da liquidação do mercado de curto prazo, comparativamente a uma constituição de R\$ 156 mil no ano anterior.
- **Não recuperabilidade de ativos:** ganho de R\$ 17,8 milhões em comparação à perda de R\$ 25,4 milhões em 2015, em razão da redução da taxa de desconto (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC) de 12,8%, em 2015, para 12,5%, em 2016.

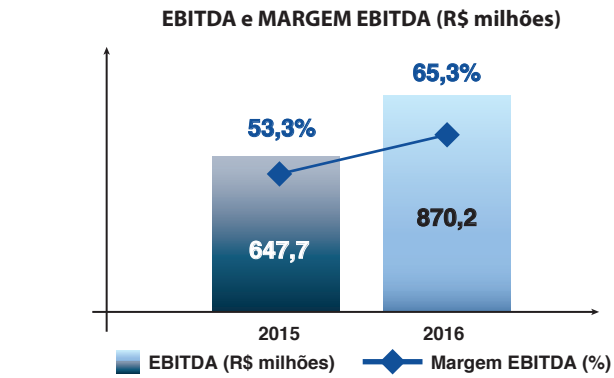
Despesas Operacionais (R\$ Mil)

	2016	2015	Variação %
Depreciação e amortização	(224.978)	(214.300)	5,0
Encargos de uso da rede elétrica	(110.211)	(96.877)	13,8
Pessoal	(92.363)	(85.996)	7,4
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(88.371)	(65.533)	34,8
Energia comprada para revenda	(87.717)	(211.593)	-58,5
Serviços de terceiros	(54.438)	(45.822)	18,8
Outras	(16.565)	(11.316)	46,4
Seguros	(10.083)	(5.550)	81,7
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica (TFSEE)	(5.666)	(5.075)	11,6
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	(5.164)	(7.283)	-29,1
Material	(3.946)	(4.438)	-11,1
Aluguéis	(3.885)	(3.781)	2,8
(Constituição)/reversão de estimativa para créditos de liquidação duvidosa	(2.520)	156	—
Ganho/(perda) pela não recuperabilidade de ativos	17.826	(25.402)	—
Total	(688.081)	(782.810)	-12,1

EBITDA

O Ebitda (Lajida - lucro antes dos juros, impostos sobre renda, incluindo contribuição social sobre lucro líquido, depreciação e amortização) é calculado com o lucro líquido acrescido do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. O Ebitda é uma medição não contábil, calculada tomando como base as disposições da Instrução CVM nº 527/2012. O Ebitda não deve ser considerado como uma alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez. A Administração da Companhia acredita que o Ebitda fornece uma medida útil de seu desempenho, que é amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar empresas.

O Ebitda foi de R\$ 870,2 milhões em 2016, acréscimo de 34,4% em comparação ao ano anterior, principalmente em decorrência do aumento da receita operacional líquida combinado a menores despesas operacionais decorrentes do menor preço médio do PLD e a redução do volume de compra de energia devido à recuperação do cenário hidrológico. A margem Ebitda, de 65,3%, evoluiu 12 pontos percentuais em relação a 2015 (53,3%).



Ebitda (R\$ Mil) e Margem Ebitda

	2016	2015	% Variação
Lucro líquido do exercício	361.040	182.647	97,7%
Imposto de renda e contribuição social	136.765	72.391	88,9%
Resultado financeiro (líquido)	147.425	178.372	-17,3%
Depreciação e amortização	224.978	214.300	5,0%
Ebitda	870.208	647.710	34,4%
<i>Margem Ebitda</i>	<i>65,3%</i>	<i>53,3%</i>	<i>12,0 pp</i>

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido de 2016 foi negativo em R\$ 147,4 milhões, o que representou impacto positivo de 17,3% na comparação com o ano anterior. Essa variação decorreu do aumento de 117,0% das receitas financeiras ocasionado, principalmente, pelo maior volume médio de recursos investidos no período, enquanto as despesas cresceram 7,4%, pouco acima da inflação registrada pelo IPCA em 2016 de 6,29%.

Resultado Financeiro (R\$ Mil)

	2016	2015	Variação %
Receitas	87.208	40.190	117,0
Despesas	(234.633)	(218.562)	7,4
Resultado financeiro líquido	(147.425)	(178.372)	-17,3

Endividamento

A dívida líquida consolidada reduziu 32,1% em 2016 na comparação com o ano anterior, principalmente pelo aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa. No final de 2016, o endividamento líquido era de R\$ 675,2 milhões, ante R\$ 994,7 milhões no ano anterior. O caixa passou de R\$ 464,1 milhões para R\$ 852,6 milhões em decorrência da melhora no cenário hidrológico em comparação ao ano de 2015, o que resultou no acréscimo na geração de caixa da Companhia, além do efeito de R\$ 196,8 milhões decorrente da liminar do GSF concedida à Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE).

A dívida bruta cresceu 4,7%, para R\$ 1.527,7 milhões, dos quais 84,9% representados por debêntures e 15,1% relativos a empréstimos adquiridos em 2015. O saldo de debêntures em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 1.297,5 milhões, 3% superior aos R\$ 1.259,7 milhões do final de 2015. Essa variação é resultado principalmente do pagamento de principal das 3ª e 4ª emissões, somados ao pagamento de juros das 3ª, 4ª e 5ª emissões, compensados pela captação de recursos originados da 6ª emissão de debêntures ocorrida em setembro de 2016, no valor de R\$ 160,0 milhões.

Dívida Financeira Líquida (R\$ Mil)

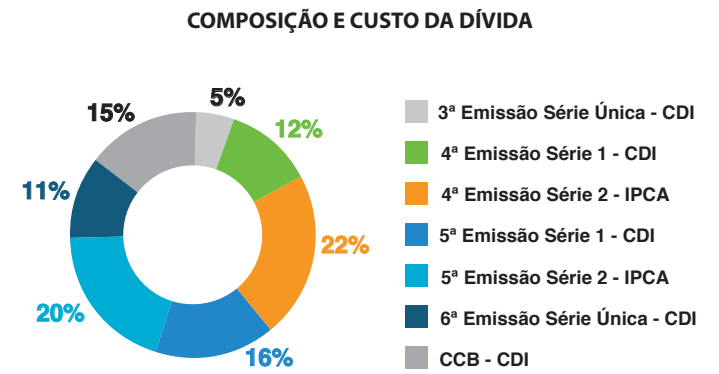
	2016	2015	Variação
Empréstimo	230.228	199.125	15,6
Debêntures	1.297.523	1.259.658	3,0
Curto Prazo	285.383	207.974	37,2
Longo Prazo	1.012.140	1.051.684	-3,8
Caixa	(852.563)	(464.069)	83,7
Dívida líquida	675.188	994.714	-32,1

Empréstimo (R\$ Mil)

Tipo	Remuneração	Vencimento	2016	2015	Varição %
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	Varição CDI + 1,4% ao ano	05/05/2017	230.228	199.125	15,62%

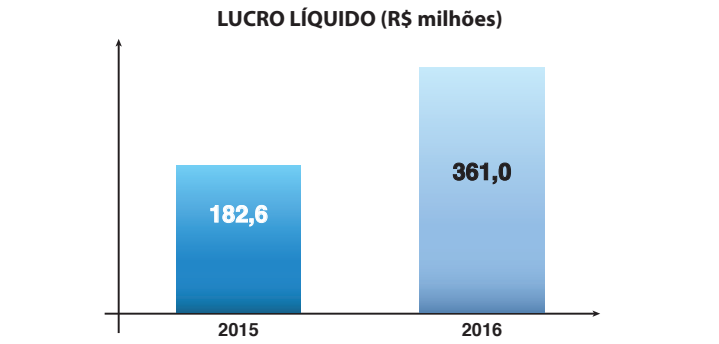
Debêntures (R\$ Mil)

Emissão	Série	Remuneração	Vencimento	2016	2015	Varição %
3ª	Única	Varição CDI + 1,15% ao ano	10/01/2017	80.303	160.386	-49,9%
4ª	1	Varição CDI + 0,65% ao ano	16/07/2018	177.314	266.045	-33,4%
4ª	2	Varição IPCA + 6,07% ao ano	16/07/2023	328.952	308.543	6,6%
5ª	1	Varição CDI + 0,89% ao ano	20/05/2019	241.969	241.410	0,2%
5ª	2	Varição IPCA + 7,01% ao ano	20/05/2021	302.605	283.274	6,8%
6ª	Única	Varição CDI + 2,00% ao ano	10/09/2018	166.380	—	—
				1.297.523	1.259.658	3,0%



Lucro Líquido

O lucro líquido totalizou R\$ 361,0 milhões, resultado 97,7% superior aos R\$ 182,6 milhões em 2015. O desempenho reflete o crescimento das receitas e a redução de custos registrados no exercício.



Valor Adicionado

O valor adicionado totalizou R\$ 1.087,2 milhões (R\$ 814,8 milhões em 2015), variação de 33,4%. O indicador representa a riqueza agregada pela atividade empresarial e a diferença entre a receita bruta e os valores pagos por materiais e serviços adquiridos de terceiros, depreciação e amortizações. Do total, 37,3% foram distribuídos ao governo e à sociedade, na forma de impostos, taxas e contribuições; 7,6% aos colaboradores (salários, benefícios e encargos sociais); 21,9% a terceiros (pagamento de juros e aluguéis); 38,2% a acionistas (dividendos e juros sobre capitais próprios) e -5,0% de lucros retidos.

CAPITAL MANUFATURADO

Os investimentos em 2016 somaram R\$ 62 milhões em diversos projetos com o objetivo de reconstituir a vida dos ativos físicos. Para a definição das prioridades de investimentos e manutenções nas usinas, é realizado um diagnóstico plurianual com revisão anual. Os principais projetos de 2016 envolveram o término da modernização geral da Usina Chavantes e o início da execução do projeto de repotenciação das unidades geradoras 1, 2 e 4 da Usina Capivara, que adicionará 24 MW na potência instalada, elevando a capacidade para 2.297,8 MW até 2019.

GESTÃO PATRIMONIAL

Em 2016, foram realizadas 368 inspeções para identificar a utilização indevida de margens de reservatórios, promover sua regularização e assegurar a correta identificação e o registro de imóveis que fazem parte da concessão em seus 5 mil quilômetros de bordas. Essa atividade assegura proteção dos recursos naturais do entorno das usinas, o melhor desempenho das operações e a minimização de impactos socioambientais.

Também foram realizadas atividades de proteção contra incêndios em 159 hectares, com a instalação de aceiros, além da reposição e manutenção de 47 quilômetros de cercas para proteger 10,4 mil hectares em áreas de conservação ambiental.

Dois projetos de Pesquisa e Desenvolvimento foram desenvolvidos para aperfeiçoar esses processos de monitoramento e fiscalização. O primeiro trata da criação de um sistema informatizado de detecção de alterações em usos e ocupações das áreas por meio de comparação entre imagens de satélite. O segundo projeto consiste no desenvolvimento de um veículo aéreo autônomo não tripulado (VAANT), com motor híbrido (elétrico e a combustão), acoplado com equipamento de sensoriamento remoto, cujo objetivo é promover maior eficiência na proteção dos ativos florestais e outras aplicações. Ambos os projetos tem encerramento previsto para o ano de 2017.

Além disso, em 2016 foi dada sequência à execução do Plano Diretor de Geoprocessamento (PDGeo), que tem como um dos seus principais objetivos a implantação do Sistema de Informações Geográficas (SIG) para garantir um melhor gerenciamento dos ativos da Companhia. O sistema está em fase de comissionamento/ operação e a conclusão do projeto está prevista para abril de 2017.

Como parte dos esforços para a desvinculação de áreas não operacionais da concessão das Usinas, destaca-se a doação do terreno do canteiro da UHE Rosana ao Instituto Ambiental do Paraná e à Universidade Estadual de Maringá. Assim, as instituições poderão investir nas estruturas existentes no local - a Estação Ecológica do Caiuá e o Colégio Agrícola de Diamante do Norte. Também em 2016, foi realizado leilão público referente a uma área do antigo canteiro da UHE Taquaruçu com vocação para agricultura. Entretanto, devido à conjuntura econômica, não foram ofertados lances. A área possui documentação regular, podendo ser objeto de novo leilão nos próximos anos.

CAPITAL INTELECTUAL

Mais do que atender à regulamentação setorial que estabelece a obrigatoriedade de destinar 1% da receita operacional líquida a iniciativas inovadoras, os investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) da Companhia são focados em soluções que promovam avanços tecnológicos e melhoria de resultados operacionais, não só para o desenvolvimento do capital intelectual da Empresa, como para o setor de energia.

Em 2016, a Rio Paranapanema Energia S.A. investiu de R\$ 5,9 milhões em projetos de P&D que abrangem as mais diversas áreas da Companhia, como Operações, Regulatória, Meio Ambiente e Riscos, Finanças e Responsabilidade Social.

Informações sobre os projetos concluídos e em andamento, valores investidos entidades e profissionais envolvidos, início e prazos de conclusão são descritas no Anuário de P&D 2016, disponível em www.paranapanemaenergia.com.br.

Mais inovadora - Em 2016, a Companhia integrou o *ranking* das 100+ Inovadoras no Uso de Tecnologia da Informação no Brasil. Essa foi a 16ª edição do *ranking*, produzido pela IT Mídia em parceria com a PwC, e o 14º reconhecimento da Rio Paranapanema Energia S.A., sendo 12 anos consecutivos, o que demonstra a relevância e preocupação com a melhoria contínua de suas atividades e a introdução de novas tecnologias aplicadas aos negócios.

CAPITAL HUMANO

A gestão de pessoas é guiada por segurança, respeito, comunicação, inclusão e trabalho em equipe. Dessa forma, as ações da Companhia são pautadas em promover o desenvolvimento dos colaboradores, um bom clima organizacional, saúde e segurança de todos e em oferecer remuneração e benefícios compatíveis com o mercado. No encerramento de 2016, contava com um total de 420 colaboradores, sendo 323 próprios, 12 estagiários, 6 jovens-aprendizes e 79 terceiros.

Em 2016, a Companhia continuou presente entre as melhores empresas para se trabalhar no país na categoria Médias e Pequenas Multinacionais, de acordo com *ranking* do Instituto *Great Place to Work®* (GPTW) e revista *Época*, alcançando a nona posição. Foram avaliados a percepção dos colaboradores e o clima organizacional, além das práticas de recursos humanos.

Além disso, a Pesquisa de Clima Organizacional apresentou índice de satisfação interna de 87%, dois pontos percentuais acima do registrado em 2015. Conduzida por consultoria externa, a pesquisa aponta a percepção dos empregados sobre as políticas e os processos de gestão da Companhia, podendo ser respondida de forma anônima.

Saúde e Segurança

Prioridade na condução dos negócios, a segurança continuou sendo o principal foco para a Companhia. Com a premissa de cultura de zero lesão, são trabalhados constantemente a prevenção e o aperfeiçoamento de processos de saúde, segurança e qualidade de vida de todos os colaboradores e terceiros.

No ano, a Companhia obteve taxa de zero acidente e fatalidade entre empregados próprios. Entretanto, ocorreram dois acidentes de terceiros com afastamento. Em relação à segurança dos prestadores de serviço, foi realizado um trabalho de conscientização da importância da precaução, especialmente em cenários adversos.

CAPITAL SOCIAL

Comprometida com a promoção da sustentabilidade do negócio e a geração de valor para os seus públicos, a Companhia busca manter um relacionamento transparente e respeitoso com as comunidades do entorno dos reservatórios. Executa e apoia projetos que estimulem o desenvolvimento local, a geração de renda e a melhoria da qualidade de vida destes públicos. Por essas iniciativas, foi destaque em 2016 *no Guia Exame de Sustentabilidade*.

Em 2016, pela primeira vez, 100% dos 73 municípios limieiros foram alcançados com pelo menos uma das ações socioambientais desenvolvidas, com cerca de 75 mil pessoas diretamente beneficiadas. As ações conduzidas ou patrocinadas pela Companhia estiveram alinhadas às diretrizes de Investimento Social Privado (ISP), com foco em quatro pilares: Vitalidade Comunitária (atividades de lazer e saúde), Promoção Ambiental (educação ambiental), Educação e Cidadania (promoção de voluntariado e apoio à formação de jovens e adultos) e Capacitação e Geração de Renda (Empoderamento e desenvolvimento de condições socioeconômicas em comunidades de baixa renda).

Vitalidade Comunitária - Entre as atividades de lazer e segurança, destacou-se o Circuito Cultural, que percorreu 69 cidades com atrações que atingiram mais de 48 mil espectadores.

Promoção Ambiental - Comemoração ao Dia do Rio Paranapanema, com concurso de redação para alunos do 4º e 5º anos, palestra de educação ambiental e plantio de mudas.

Educação e Cidadania - Projeto Guri: patrocínio a cinco polos que beneficiam cerca de mil alunos, com aulas de canto e musicalização. Inclui apoio a projetos de Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente de 16 municípios, que beneficiaram cerca de 3,3 mil jovens e de Conselhos Municipais do Idoso de três municípios, que beneficiaram em torno de 400 pessoas, além de doação para prevenção e tratamento de idosos atendidos pelo Hospital de Câncer de Barretos. Nas ações de Voluntariado, foram beneficiadas 9 instituições e 461 pessoas diretamente.

Capacitação e Geração de Renda - Concluída a 2ª edição do Prêmio Duke Energy Energia da Inovação, com três projetos de geração de renda desenvolvidos em parceria com a ONG Alfasol.

CAPITAL NATURAL

Em 2016, foram desenvolvidas atividades relacionadas tanto aos programas vinculados às licenças ambientais quanto aos processos de compensação e preservação. Entre elas, estão: repovoamento anual de peixes dos reservatórios, com 1,5 milhão de alevinos de espécies nativas no Rio Paranapanema e 150 mil alevinos de espécies nativas no Rio Sapucaí; monitoramento de vegetação; levantamento da fauna silvestre e da vegetação em áreas de conservação ambiental; monitoramento arqueológico; acompanhamento de assoreamento e processos erosivos das bordas dos reservatórios; e monitoramento da qualidade da água do Rio Paranapanema ao longo dos reservatórios sob concessão da Companhia.

Houve continuidade de estudos sobre o levantamento de dados para o diagnóstico da Pegada Hídrica de todas as usinas do Rio Paranapanema, o que permitiu identificar e analisar o uso direto e indireto da água nas instalações e assim promover boas práticas na gestão dos processos que utilizam esse recurso.

Como destaque, foi dado prosseguimento ao projeto iniciado em 2011 de conservação genética e reposição de estoques de peixes nativos nos reservatórios das PCHs Palmeiras e Retiro. Houve manutenção do banco de matrizes e casais para reprodução; caracterização genética de cada matriz capturada; reprodução induzida e dirigida das matrizes selecionadas geneticamente; alevinagem e reposição dos estoques (solturas) e análise da eficiência do repovoamento de lambaris. Também foi lançado o livro *Ovos, Larvas e Juvenis dos Peixes da Bacia do Rio Paranapanema - Uma avaliação para a conservação*, elaborado em parceria com a Universidade Estadual de Londrina (UEL), que consolida um novo conceito de repovoamento com espécies nativas.

Para todos os ativos de geração é mantido um Sistema de Gestão Integrado, com procedimentos sistêmicos para identificação, avaliação e controles de riscos e impactos ambientais. Esse sistema foi inicialmente implantado como piloto na usina Salto Grande - sendo certificado nas normas ABNT NBR ISO 14001 (Gestão Ambiental), OHSAS 18001 (Gestão da Saúde e Segurança Ocupacional) e ABNT NBR 1600 (Gestão da Responsabilidade Social). Em 2016, os demais empreendimentos também passaram a operar sob o modelo do SGI, ainda não certificados e atendem a 100% das condicionantes ambientais constantes nas respectivas licenças de operação, de acordo com seus Planos de Gestão Ambiental.

A análise sistemática da ferramenta de Aspectos e Impactos, Riscos e Perigos, associada ao Sistema de Gestão Integrado (SGI), permite a classificação dos principais riscos, demonstrando de maneira clara quais ações e controles devem ser priorizados.



CNPJ nº 02.998.301/0001-81
Companhia Aberta



BALANÇO SOCIAL

1 - Base de Cálculo		2016	2015	6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		2016		Metas 2017			
		Valor (Mil reais)	Valor (Mil reais)	Relação entre a maior e a menor remuneração na Empresa		38,09		38,09			
Receita líquida (RL)		1.333.311	1.216.220								
Resultado operacional (RO)		645.230	433.410								
Folha de pagamento bruta (FPB)		92.363	85.996								
2 - Indicadores Sociais Internos		2016	2015	Número total de acidentes de trabalho		TÍPICO		Sem afastamento		Com afastamento	
		Valor (Mil reais)	Valor (Mil reais)			Funcionários		1		1	
Encargos sociais compulsórios		18.817	18.975			Contratados		4		4	
Alimentação		4.701	4.336			TRAJETO		Sem afastamento		Com afastamento	
Previdência privada		1.214	798			Funcionários		1		-	
Saúde		5.261	4.850			Contratados		-		-	
Segurança e saúde no trabalho		669	743			(X) direção		() todos(as) empre-gados(as)		() todos(as) empre-gados(as)	
Educação		911	734			(X) direção e gerências		() todos(as) empre-gados(as)		() todos(as) empre-gados(as)	
Cultura		-	-			(X) direção e gerências		() todos(as) + CIPA		(X) direção e gerências	
Capacitação e desenvolvimento profissional		905	713			() não se envolve		() segue as normas da OIT		() não se envolve	
Creches e/ou auxílio-creche		96	67	() direção		(X) todos(as) empre-gados(as)		() direção			
Participação nos lucros e resultados		3.852	2.454	Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela Empresa foram definidos por:		(X) todos(as) empre-gados(as)		() todos(as) empre-gados(as)			
Saúde		5.261	4.850	Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:		() todos(as) + CIPA		() todos(as) + CIPA			
Segurança e saúde no trabalho		669	743	Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a Empresa:		(X) incentiva e segue a OIT		() segue as normas da OIT			
Educação		911	734			() não se envolve		() segue as normas da OIT			
Cultura		-	-			() não se envolve		(X) incentiva e segue a OIT			
Capacitação e desenvolvimento profissional		905	713			() não se envolve		() não se envolve			
Creches e/ou auxílio-creche		96	67			() não se envolve		() não se envolve			
Participação nos lucros e resultados		3.852	2.454			() não se envolve		() não se envolve			
Outros		8.906	7.590			() não se envolve		() não se envolve			
Total - indicadores sociais internos		45.332	41.260			() não se envolve		() não se envolve			
3 - Indicadores Socias Externos		2016	2015	A previdência privada contempla:		TÍPICO		Sem afastamento		Com afastamento	
		Valor (Mil reais)	Valor (Mil reais)			Funcionários		1		1	
Educação		719	385			Contratados		4		4	
Cultura		2.883	1.840			TRAJETO		Sem afastamento		Com afastamento	
Saúde e saneamento		11	-			Funcionários		1		-	
Esporte		484	267			Contratados		-		-	
Combate à fome e segurança alimentar		-	-			(X) direção		() todos(as) empre-gados(as)		() todos(as) empre-gados(as)	
Outros		229	353			(X) direção e gerências		() todos(as) empre-gados(as)		() todos(as) empre-gados(as)	
Total das contribuições para a sociedade		4.326	2.845			(X) direção e gerências		() todos(as) + CIPA		(X) direção e gerências	
Tributos (excluídos encargos sociais)		-	-			() não se envolve		() segue as normas da OIT		() não se envolve	
Total - indicadores sociais externos		4.326	2.845			(X) incentiva e segue a OIT		() segue as normas da OIT			
4 - Indicadores Ambientais		2016	2015	A participação dos lucros ou resultados contempla:		TÍPICO		Sem afastamento		Com afastamento	
		Valor (Mil reais)	Valor (Mil reais)			Funcionários		1		1	
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa		518	333			Contratados		4		4	
Investimentos em programas e/ou projetos externos		5.272	5.140			TRAJETO		Sem afastamento		Com afastamento	
Total dos investimentos em meio ambiente		5.790	5.473			Funcionários		1		-	
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:		() não possui metas () cumpre de 0% a 50% () cumpre de 51% a 75% (X) cumpre de 76% a 100%	() não possui metas () cumpre de 0% a 50% () cumpre de 51% a 75% (X) cumpre de 76% a 100%			Contratados		-		-	
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa		518	333			(X) direção		() todos(as) empre-gados(as)		() todos(as) empre-gados(as)	
Investimentos em programas e/ou projetos externos		5.272	5.140			(X) direção e gerências		() todos(as) empre-gados(as)		() todos(as) empre-gados(as)	
Total dos investimentos em meio ambiente		5.790	5.473			() não se envolve		() segue as normas da OIT		() não se envolve	
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:		() não possui metas () cumpre de 0% a 50% () cumpre de 51% a 75% (X) cumpre de 76% a 100%	() não possui metas () cumpre de 0% a 50% () cumpre de 51% a 75% (X) cumpre de 76% a 100%			(X) incentiva e segue a OIT		() segue as normas da OIT		() não se envolve	
5 - Indicadores do Corpo Funcional		2016	2015	Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Empresa:		TÍPICO		Sem afastamento		Com afastamento	
Nº de empregados(as) no fim do exercício		329	334			Funcionários		1		1	
Nº de admissões durante o exercício		26	20			Contratados		4		4	
Nº de empregados(as) terceirizados(as)		79	76			TRAJETO		Sem afastamento		Com afastamento	
Nº de estagiários(as)		12	8			Funcionários		1		-	
Nº de empregados(as) acima de 45 anos		95	97			Contratados		-		-	
Nº de mulheres que trabalham na empresa		68	62			(X) direção		() todos(as) empre-gados(as)		() todos(as) empre-gados(as)	
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		18,75%	18,75%			(X) direção e gerências		() todos(as) empre-gados(as)		() todos(as) empre-gados(as)	
Nº de negros(as) que trabalham na empresa		36	38			() não se envolve		() segue as normas da OIT		() não se envolve	
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)		4,69%	4,69%			() não se envolve		(X) todos(as) empre-gados(as)		() direção	
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais		10	6			() todos(as) + CIPA		() todos(as) + CIPA			
						(X) incentiva e segue a OIT		() segue as normas da OIT			
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		2016	2015	Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a Empresa:		TÍPICO		Sem afastamento		Com afastamento	
		Valor (Mil reais)	Valor (Mil reais)			Funcionários		1		1	
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa		518	333			Contratados		4		4	
Investimentos em programas e/ou projetos externos		5.272	5.140			TRAJETO		Sem afastamento		Com afastamento	
Total dos investimentos em meio ambiente		5.790	5.473			Funcionários		1		-	
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:		() não possui metas () cumpre de 0% a 50% () cumpre de 51% a 75% (X) cumpre de 76% a 100%	() não possui metas () cumpre de 0% a 50% () cumpre de 51% a 75% (X) cumpre de 76% a 100%			Contratados		-		-	
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa		518	333			(X) direção		() todos(as) empre-gados(as)		() todos(as) empre-gados(as)	
Investimentos em programas e/ou projetos externos		5.272	5.140			(X) direção e gerências		() todos(as) empre-gados(as)		() todos(as) empre-gados(as)	
Total dos investimentos em meio ambiente		5.790	5.473			() não se envolve		() segue as normas da OIT		() não se envolve	
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:		() não possui metas () cumpre de 0% a 50% () cumpre de 51% a 75% (X) cumpre de 76% a 100%	() não possui metas () cumpre de 0% a 50% () cumpre de 51% a 75% (X) cumpre de 76% a 100%			(X) incentiva e segue a OIT		() segue as normas da OIT		() não se envolve	
7 - Outras Informações		2016	2015	Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$)		TÍPICO		Sem afastamento		Com afastamento	
		Valor (Mil reais)	Valor (Mil reais)			Funcionários		1		1	
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa		518	333			Contratados		4		4	
Investimentos em programas e/ou projetos externos		5.272	5.140			TRAJETO		Sem afastamento		Com afastamento	
Total dos investimentos em meio ambiente		5.790	5.473			Funcionários		1		-	
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:		() não possui metas () cumpre de 0% a 50% () cumpre de 51% a 75% (X) cumpre de 76% a 100%	() não possui metas () cumpre de 0% a 50% () cumpre de 51% a 75% (X) cumpre de 76% a 100%			Contratados		-		-	
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa		518	333			(X) direção		() todos(as) empre-gados(as)		() todos(as) empre-gados(as)	
Investimentos em programas e/ou projetos externos		5.272	5.140			(X) direção e gerências		() todos(as) empre-gados(as)		() todos(as) empre-gados(as)	
Total dos investimentos em meio ambiente		5.790	5.473			() não se envolve		() segue as normas da OIT		() não se envolve	
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:		() não possui metas () cumpre de 0% a 50% () cumpre de 51% a 75% (X) cumpre de 76% a 100%	() não possui metas () cumpre de 0% a 50% () cumpre de 51% a 75% (X) cumpre de 76% a 100%			(X) incentiva e segue a OIT		() segue as normas da OIT		() não se envolve	
8 - Outras Informações		2016	2015	Distribuição do Valor Adicionado (DVA)		TÍPICO		Sem afastamento		Com afastamento	
		Valor (Mil reais)	Valor (Mil reais)			Funcionários		1		1	
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa		518	333			Contratados		4		4	
Investimentos em programas e/ou projetos externos		5.272	5.140			TRAJETO		Sem afastamento		Com afastamento	
Total dos investimentos em meio ambiente		5.790	5.473			Funcionários		1		-	
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:		() não possui metas () cumpre de 0% a 50% () cumpre de 51% a 75% (X) cumpre de 76% a 100%	() não possui metas () cumpre de 0% a 50% () cumpre de 51% a 75% (X) cumpre de 76% a 100%			Contratados		-		-	
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa		518	333			(X) direção		() todos(as) empre-gados(as)		() todos(as) empre-gados(as)	
Investimentos em programas e/ou projetos externos		5.272	5.140			(X) direção e gerências		() todos(as) empre-gados(as)		() todos(as) empre-gados(as)	
Total dos investimentos em meio ambiente		5.790	5.473			() não se envolve		() segue as normas da OIT		() não se envolve	
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:		() não possui metas () cumpre de 0% a 50% () cumpre de 51% a 75% (X) cumpre de 76% a 100%	() não possui metas () cumpre de 0% a 50% () cumpre de 51% a 75% (X) cumpre de 76% a 100%			(X) incentiva e segue a OIT		() segue as normas da OIT		() não se envolve	
9 - Outras Informações		2016	2015	Distribuição do Valor Adicionado (DVA)		TÍPICO		Sem afastamento		Com afastamento	
		Valor (Mil reais)	Valor (Mil reais)			Funcionários		1		1	
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa		518	333			Contratados		4		4	
Investimentos em programas e/ou projetos externos		5.272	5.140			TRAJETO		Sem afastamento		Com afastamento	
Total dos investimentos em meio ambiente		5.790	5.473			Funcionários		1		-	
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:		() não possui metas () cumpre de 0% a 50% () cumpre de 51% a 75% (X) cumpre de 76% a 100%	() não possui metas () cumpre de 0% a 50% () cumpre de 51% a 75% (X) cumpre de 76% a 100%			Contratados		-		-	
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa		518	333			(X) direção		() todos(as) empre-gados(as)		() todos(as) empre-gados(as)	
Investimentos em programas e/ou projetos externos		5.272	5.140			(X) direção e gerências		() todos(as) empre-gados(as)		() todos(as) empre-gados(as)	
Total dos investimentos em meio ambiente		5.790	5.473			() não se envolve		() segue as normas da OIT		() não se envolve	
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:		() não possui metas () cumpre de 0% a 50% () cumpre de 51% a 75% (X) cumpre de 76% a 100%	() não possui metas () cumpre de 0% a 50% () cumpre de 51% a 75% (X) cumpre de 76% a 100%			(X) incentiva e segue a OIT		() segue as normas da OIT		() não se envolve	
10 - Outras Informações		2016	2015	Distribuição do Valor Adicionado (DVA)		TÍPICO		Sem afastamento		Com afastamento	
		Valor (Mil reais)	Valor (Mil reais)			Funcionários		1		1	
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa		518	333			Contratados		4		4	
Investimentos em programas e/ou projetos externos		5.272	5.140			TRAJETO		Sem afastamento		Com afastamento	
Total dos investimentos em meio ambiente		5.790	5.473			Funcionários		1		-	
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:		() não possui metas () cumpre de 0% a 50% () cumpre de 51% a 75% (X) cumpre de 76% a 100%	() não possui metas () cumpre de 0% a 50% () cumpre de 51% a 75% (X) cumpre de 76% a 100%			Contratados		-		-	
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa		518	333			(X) direção		() todos(as) empre-gados(as)		() todos(as) empre-gados(as)	
Investimentos em programas e/ou projetos externos		5.272	5.140			(X) direção e gerências		() todos(as) empre-gados(as)		() todos(as) empre-gados(as)	
Total dos investimentos em meio ambiente		5.790	5.473			() não se envolve		() segue as normas da OIT		() não se envolve	
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:		() não possui metas () cumpre de 0% a 50% () cumpre de 51% a 75% (X) cumpre de 76% a 100%	() não possui metas () cumpre de 0% a 50% () cumpre de 51% a 75% (X) cumpre de 76% a 100%			(X) incentiva e segue a OIT		() segue as normas da OIT		() não se envolve	
11 - Outras Informações		2016	2015	Distribuição do Valor Adicionado (DVA)		TÍPICO		Sem afastamento		Com afastamento	
		Valor (Mil reais)	Valor (Mil reais)			Funcionários		1		1	
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa		518	333			Contratados		4		4	
Investimentos em programas e/ou projetos externos		5.272	5.140			TRAJETO		Sem afastamento		Com afastamento	
Total dos investimentos em meio ambiente		5.790	5.473			Funcionários		1		-	
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:		() não possui metas () cumpre de 0% a 50% () cumpre de 51% a 75% (X) cumpre de 76% a 100%	() não possui metas () cumpre de 0% a 50% () cumpre de 51% a 75% (X) cumpre de 76% a 100%			Contratados		-		-	
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa		518	333			(X) direção		() todos(as) empre-gados(as)		() todos(as) empre-gados(as)	
Investimentos em programas e/ou projetos externos		5.272	5.140			(X) direção e gerências		() todos(as) empre-gados(as)		() todos(as) empre-gados(as)	
Total dos investimentos em meio ambiente		5.790	5.473			() não se envolve		() segue as normas da OIT		() não se envolve	
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:		() não possui metas () cumpre de 0% a 50% () cumpre de 51% a 75% (X) cumpre de 76% a 100%	() não possui metas () cumpre de 0% a 50% () cumpre de 51% a 75% (X) cumpre de 76% a 100%			(X) incentiva e segue a OIT		() segue as normas da OIT		() não se envolve	
12 - Outras Informações		2016	2015	Distribuição do Valor Adicionado (DVA)		TÍPICO		Sem afastamento		Com afastamento	
		Valor (Mil reais)	Valor (Mil reais)			Funcionários		1		1	
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa		518	333			Contratados		4		4	
Investimentos em programas e/ou projetos externos		5.272	5.140			TRAJETO		Sem afastamento		Com afastamento	
Total dos investimentos em meio ambiente		5.790	5.473			Funcionários		1		-	
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:		() não possui metas () cumpre de 0% a 50% () cumpre de 51% a 75% (X) cumpre de 76% a 100%	() não possui metas () cumpre de 0% a 50% () cumpre de 51% a 75% (X) cumpre de 76% a 100%			Contratados		-		-	
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa		518	333			(X) direção		() todos(as) empre-gados(as)		() todos(as) empre-gados(as)	
Investimentos em programas e/ou projetos externos		5.272	5.140			(X) direção e gerências		() todos(as) empre-gados(as)		() todos(as) empre-gados(as)	
Total dos investimentos em meio ambiente		5.790	5.473			() não se envolve		() segue as normas da OIT		() não se envolve	
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:		() não possui metas () cumpre de 0% a 50% () cumpre de 51% a 75% (X) cumpre de 76% a 100%	() não possui metas () cumpre de 0% a 50% () cumpre de 51% a 75% (X) cumpre de 76% a 100%			(X) incentiva e segue a OIT		() segue as normas da OIT		() não se envolve	
13 - Outras Informações		2016	2015	Distribuição do Valor Adicionado (DVA)		TÍPICO		Sem afastamento		Com afastamento	
		Valor (Mil reais)	Valor (Mil reais)			Funcionários		1		1	
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa		518	333			Contratados		4		4	
Investimentos em programas e/ou projetos externos		5.272	5.140			TRAJETO		Sem afastamento		Com afastamento	
Total dos investimentos em meio ambiente		5.790	5.473			Funcionários		1		-	
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:		() não possui metas () cumpre de 0% a 50% () cumpre de 51% a 75% (X) cumpre de 76% a 100%	() não possui metas () cumpre de 0% a 50% () cumpre de 51% a 75% (X) cumpre de 76% a 100%			Contratados		-		-	
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa		518	333			(X) direção		() todos(as) empre-gados(as)		() todos(as) empre-gados(as)	
Investimentos em programas e/ou projetos externos		5.2									

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015											
(Em milhares de reais)											
		Controladora		Consolidado				Controladora		Consolidado	
ATIVO	Nota	2016	2015	2016	2015	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2016	2015	2016	2015
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	798.120	416.964	852.563	464.069	Fornecedores	13	343.844	171.961	347.623	175.719
Clientes	7	133.371	164.394	135.892	169.832	Arbitragem	14	—	—	—	15.081
Tributos a recuperar	8	9.999	4.196	11.276	5.147	Salários e encargos sociais		19.006	12.513	19.282	12.701
Serviços em curso		13.092	17.995	13.092	17.995	Empréstimos	17	230.228	—	230.228	—
Despesas antecipadas		346	346	346	346	Debêntures	16	285.383	207.974	285.383	207.974
Devedores diversos		1.458	1.505	1.815	1.868	Tributos a recolher	8	175.816	138.061	176.756	138.883
Partes relacionadas	15.1	151	234	151	234	Dividendos e juros sobre capital próprio	23.4	228.692	161.904	228.692	161.904
Outros ativos		115	129	115	129	Obrigações estimadas		7.948	7.376	8.105	7.535
Total do ativo circulante		956.652	605.763	1.015.250	659.620	Cibacap	18	890	—	890	—
Não circulante						Não circulante					
Clientes	7	—	366	—	366	Encargos setoriais	22	27.815	36.814	27.822	36.822
Tributos a recuperar	8	960	960	2.220	2.128	Receitas diferidas		8.739	102	8.739	102
Depósitos judiciais	9	47.612	43.230	47.612	43.230	Outros passivos		252	242	266	343
Fundos vinculados		123	51	123	51	Total do passivo circulante		1.328.613	736.947	1.333.786	757.069
Despesas antecipadas		3.075	3.337	3.075	3.337	Não circulante					
Investimentos		215.242	186.974	26	26	Empréstimos	17	—	199.125	—	199.125
Controladas	10	215.216	186.948	—	—	Debêntures	16	1.012.140	1.051.684	1.012.140	1.051.684
Outros		26	26	26	26	Receitas diferidas		4.544	27.437	5.303	27.813
Imobilizado	11	3.129.346	3.290.790	3.290.784	3.443.199	Obrigações especiais	21	1.758	2.658	1.758	2.658
Intangível	12	28.801	30.386	29.033	30.631	Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	20	32.701	26.467	33.081	26.700
Total do ativo não circulante		3.425.159	3.556.094	3.372.873	3.522.968	Cibacap	18	9.936	10.135	9.936	10.135
						Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	191.797	272.561	191.797	272.561
						Tarifa de uso do sistema de distribuição (Tusd-g)	13	13.960	9.802	13.960	9.802
						Encargos setoriais	22	8.647	5.462	8.647	5.462
						Outras obrigações regulatórias (RGR - 1970)		4.947	4.947	4.947	4.947
						Outros passivos		780	749	780	749
						Total do passivo não circulante		1.281.210	1.611.027	1.282.349	1.611.636
						Patrimônio líquido					
						Capital social	23.1	839.138	839.138	839.138	839.138
						Reservas de capital	23.2	116.804	105.468	116.804	105.468
						Reserva de lucros	23.3	155.753	137.134	155.753	137.134
						Ajustes de avaliação patrimonial	23.6	660.293	732.143	660.293	732.143
						Total do patrimônio líquido		1.771.988	1.813.883	1.771.988	1.813.883
						Total do passivo e patrimônio líquido		4.381.811	4.161.857	4.388.123	4.182.588
Total do ativo		4.381.811	4.161.857	4.388.123	4.182.588	As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras					

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO					
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015					
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					
		Controladora		Consolidado	
	Nota	2016	2015	2016	2015
Receita operacional líquida	24	1.302.167	1.190.982	1.333.311	1.216.220
Custo do serviço de energia elétrica					
Pessoal		(49.129)	(47.008)	(51.361)	(47.916)
Material		(3.336)	(4.056)	(3.786)	(4.290)
Serviços de terceiros		(33.269)	(27.360)	(38.169)	(30.351)
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica (TFSEE)		(5.582)	(5.010)	(5.666)	(5.075)
Energia comprada para revenda	25.2	(85.424)	(201.943)	(87.717)	(211.593)
Encargos de uso da rede elétrica	25.3	(109.743)	(96.576)	(110.211)	(96.877)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos		(88.371)	(65.533)	(88.371)	(65.533)
Depreciação e amortização	11.b e 12.b	(213.882)	(214.868)	(223.181)	(212.647)
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais		(896)	(5.471)	(1.025)	(5.473)
Aluguéis		(112)	(56)	(113)	(56)
Seguros		(9.784)	(5.440)	(10.083)	(5.550)
Outras		(1.070)	(1.092)	(1.183)	(1.122)
		(600.598)	(674.413)	(620.866)	(686.483)
Resultado bruto (Despesas)/receitas operacionais		701.569	516.569	712.445	529.737
Pessoal		(41.002)	(37.742)	(41.002)	(38.080)
Material		(150)	(148)	(160)	(148)
Serviços de terceiros		(14.549)	(14.757)	(16.269)	(15.471)
Depreciação e amortização	11.b e 12.b	(1.768)	(1.640)	(1.797)	(1.653)
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais		(4.015)	(1.712)	(4.139)	(1.810)
(Constituição)/reversão de estimativa para créditos de liquidação duvidosa	7.2	(2.592)	220	(2.520)	156
Aluguéis		(3.539)	(3.614)	(3.772)	(3.725)
Ganho/(perda) pela não recuperabilidade de ativos	11.7	—	—	17.826	(25.402)
Outras		(15.214)	(10.174)	(15.382)	(10.194)
		(82.829)	(69.567)	(67.215)	(96.327)
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	10	28.268	(13.420)	—	—
Lucro operacional		647.008	433.582	645.230	433.410
Resultado financeiro	26				
Receitas		81.252	36.308	87.208	40.190
Despesas		(233.507)	(217.043)	(234.633)	(218.562)
		(152.255)	(180.735)	(147.425)	(178.372)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015						
(Em milhares de reais)						
	Reservas				Ajustes de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido da Controladora e Consolidado
	Capital social	Capital	Lucros acumulados	Lucros acumulados	(vide nota 23.6)	
Saldos em 31 de dezembro de 2015	839.138	105.468	137.134	-	732.143	1.813.883
Resultado abrangente do exercício						
Lucro líquido do exercício	-	-	-	361.040	-	361.040
Ganhos atuariais com plano de pensão de benefício definido	-	-	-	-	859	859
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ganhos atuariais	-	-	-	-	(292)	(292)
Reclassificação dos ganhos atuariais líquidos - CPC 33 (R1)	-	-	567	-	(567)	-
	-	-	567	361.040	-	361.607
Contribuições e distribuições aos acionistas						
Reserva legal	-	-	18.052	(18.052)	-	-
Dividendos intermediários (R\$ 1,887422 por ação PN e R\$ 1,887422 por ação ON)	-	-	-	(178.235)	-	(178.235)
Dividendos propostos (R\$ 1,839499 por ação PN e R\$ 1,839499 por ação ON)	-	-	-	(173.710)	-	(173.710)
Juros sobre capital próprio (R\$ 0,666000 por ação)	-	-	-	(62.893)	-	(62.893)
Pagamento baseado em ações	-	37	-	-	-	37
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial (vide nota 23.6)	-	-	-	108.864	(108.864)	-
Imposto diferido sobre a realização dos ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(37.014)	37.014	-
	-	37	18.052	(361.040)	(71.850)	(414.801)
Reserva de capital relativo ao reembolso da Rio Parapanapema Participações S.A. (anteriormente denominada Duke Brasil) para a Controladora referente ao pagamento da arbitragem da controlada	-	11.299	-	-	-	11.299
	-	11.299	-	-	-	11.299
Saldos em 31 dezembro de 2016	839.138	116.804	155.753	-	660.293	1.771.988
	Capital social	Capital	Lucros acumulados	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido da Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2014	839.138	99.537	127.176	-	803.715	1.869.566
Resultado abrangente do exercício						
Lucro líquido do exercício	-	-	-	182.647	-	182.647
Ganhos atuariais com plano de pensão de benefício definido	-	-	-	-	1.251	1.251
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ganhos atuariais	-	-	-	-	(425)	(425)
Reclassificação dos ganhos atuariais líquidos - CPC 33 (R1)	-	-	826	-	(826)	-
	-	-	826	182.647	-	183.473
Contribuições e distribuições aos acionistas						
Reserva legal	-	-	9.132	(9.132)	-	-
Dividendos intermediários (R\$ 0,888604 por ação PN e R\$ 0,655685 por ação ON)	-	-	-	(76.583)	-	(76.583)
Dividendos propostos (R\$ 1,150727 por ação PN e R\$ 1,383645 por ação ON)	-	-	-	(115.999)	-	(115.999)
Juros sobre capital próprio (R\$ 0,556000 por ação)	-	-	-	(52.505)	-	(52.505)
Pagamento baseado em ações	-	34	-	-	-	34
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	108.442	(108.442)	-
Imposto diferido sobre a realização dos ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(36.870)	36.870	-
	-	34	9.132	(182.647)	(71.572)	(245.053)
Reserva de capital - aquisição Duke Energy International Geração Sapucaí-Mirim Ltda. (atualmente denominada Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda.)	-	5.897	-	-	-	5.897
	-	5.897	-	-	-	5.897
Saldos em 31 de dezembro de 2015	839.138	105.468	137.134	-	732.143	1.813.883

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	494.753	252.847	497.805	255.038	
Imposto de renda e contribuição social	8.3				
Corrente	(220.590)	(169.532)	(223.642)	(171.723)	
Diferido	86.877	99.332	86.877	99.332	
	<u>(133.713)</u>	<u>(70.200)</u>	<u>(136.765)</u>	<u>(72.391)</u>	
Lucro líquido do exercício	361.040	182.647	361.040	182.647	
Lucro por ação de operação continuadas (em R\$ por ação)					
Lucro básico e diluído por ação PN	27	3,82322	1,93414	3,82322	1,93414
Lucro básico e diluído por ação ON	27	3,82322	1,93414	3,82322	1,93414
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras					
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE					
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015					
(Em milhares de reais)					
	Controladora e Consolidado				
		2016		2015	
Lucro líquido do exercício		361.040		182.647	
Ganhos atuariais com plano de pensão de benefício definido			859		1.251
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ganhos atuariais		<u>(292)</u>		<u>(425)</u>	
		567		826	
Resultado abrangente do exercício		361.607		183.473	
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras					



CTG Brasil

Rio Paranapanema Energia S.A.
CNPJ nº 02.998.301/0001-81
Companhia Aberta



continuação

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Fluxos de caixa de atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	361.040	182.647	361.040	182.647
Ajustes em:				
Depreciação e amortização	215.650	216.508	224.978	214.300
Perdas na baixa do ativo imobilizado/intangível	7.408	3.978	7.417	3.979
(Ganho)/perda pela não recuperabilidade de ativos	—	—	(17.826)	25.402
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(86.877)	(99.332)	(86.877)	(99.332)
Constituição/(reversão) de estimativa para créditos de liquidação duvidosa	2.592	(220)	2.520	(156)
Juros sobre empréstimo CCB	31.103	18.125	31.103	18.125
Juros sobre debêntures	125.860	126.225	125.860	126.225
Variação monetária sobre debêntures	38.050	55.541	38.050	55.541
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	4.884	7.136	5.129	7.236
Variação monetária sobre provisão para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	2.553	2.868	2.658	2.997
Variação monetária sobre depósitos judiciais	(4.923)	(4.116)	(4.927)	(4.108)
Atualização financeira por processo arbitral	—	—	871	1.399
Equivalência patrimonial	(28.268)	13.420	—	—
Pagamento baseado em ações	37	34	37	34
Variações nos ativos e passivos				
Clientes	28.797	(34.067)	31.786	(35.219)
Devedores diversos	47	48	53	(315)
Partes relacionadas	83	175	83	(7)
Depósitos judiciais	—	(21)	—	(29)
Serviços em curso	(5.909)	(6.826)	(5.909)	(6.826)
Fundos vinculados	(72)	(39)	(72)	(39)
Despesas antecipadas	262	317	262	317
Fornecedores	176.041	95.789	176.062	97.905
Salários e encargos sociais	6.493	(1.152)	6.576	(1.269)
Impostos, taxas e contribuições	199.801	160.808	201.748	162.309
Obrigações estimadas	572	196	570	355
Receita diferida	(14.256)	14.411	(13.873)	14.440
Cibacap	691	917	691	917
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	(644)	(3.063)	(861)	(3.076)
Outras variações ativas e passivas	5.913	9.269	5.825	9.481
Caixa gerado pelas operações	1.066.910	759.576	1.092.974	773.233
Juros e variação monetária pagos sobre debêntures	(126.161)	(118.045)	(126.161)	(118.045)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(177.332)	(116.085)	(179.579)	(117.685)
Pagamento referente ao processo de arbitragem (vide nota nº 14)	—	—	(15.952)	—
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	763.417	525.446	771.282	537.503
Fluxos de caixa de atividades de investimentos				
Investimento em controladas - Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda. (anteriormente denominada Duke Energy International Geração Sapucaí-Mirim Ltda.)	—	(191.433)	—	(191.433)
Reserva de capital referente ao reembolso da Rio Paranapanema Participações S.A. (anteriormente denominada Duke Brasil) para Rio Paranapanema Energia S.A. (anteriormente denominada Duke Paranapanema) pelo pagamento da arbitragem da controlada	17.119	—	17.119	—
Caixa adquirido pela aquisição - Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda. (anteriormente denominada Duke Energy International Geração Sapucaí-Mirim Ltda.)	—	—	—	36.826
Recebimento na venda de imobilizado	297	2.920	297	2.920
Adições no ativo imobilizado	(60.740)	(50.694)	(61.268)	(52.472)
Adições no ativo intangível	(486)	(1.293)	(485)	(1.293)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(43.810)	(240.500)	(44.337)	(205.452)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento				
Captação de empréstimo	—	181.000	—	181.000
Valor recebido pela emissão de debêntures	160.000	—	160.000	—
Custo de transação pela emissão de debêntures	(1.559)	—	(1.559)	—
Pagamento de debêntures	(158.325)	—	(158.325)	—
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(338.567)	(190.373)	(338.567)	(190.373)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(338.451)	(9.373)	(338.451)	(9.373)
Aumento/(redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	381.156	275.573	388.494	322.678
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	416.964	141.391	464.069	141.391
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	798.120	416.964	852.563	464.069

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receitas				
Vendas de energia	1.463.600	1.369.070	1.495.991	1.395.342
Receitas relativas à construção de ativos próprios	61.171	50.694	61.699	52.472
Constituição/(reversão) de estimativa para créditos de liquidação duvidosa	(2.592)	220	(2.520)	156
	1.522.179	1.419.984	1.555.170	1.447.970
Insumos adquiridos de terceiros				
Energia comprada e encargos de uso da rede	(195.167)	(298.519)	(197.928)	(308.470)
Materiais e serviços de terceiros	(112.475)	(97.015)	(120.083)	(103.134)
Outros custos operacionais	(29.586)	(22.518)	(30.249)	(22.365)
	(337.228)	(418.052)	(348.260)	(433.969)
Valor adicionado bruto	1.184.951	1.001.932	1.206.910	1.014.001
Depreciação e amortização	(215.650)	(216.508)	(224.978)	(214.300)
Ganho/(perda) pela não recuperabilidade de ativos (CPC 01)	—	—	17.826	(25.402)
Valor adicionado líquido produzido	969.301	785.424	999.758	774.299
Aluguéis	324	277	324	277
Resultado de equivalência patrimonial	28.268	(13.420)	—	—
Receitas financeiras	81.252	36.308	87.208	40.190
Valor adicionado recebido em transferência	109.844	23.165	87.532	40.467
Valor adicionado total a distribuir	1.079.145	808.589	1.087.290	814.766
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	48.349	46.298	49.517	46.940
Benefícios	11.092	10.008	11.553	10.280
FGTS	5.090	5.805	5.180	5.858
Provisão para gratificação (bônus)	8.531	7.312	8.623	7.355
Participação nos resultados	3.737	2.405	3.852	2.454
Encargos sociais (exceto INSS)	3.491	3.406	3.573	3.457
	80.290	75.234	82.298	76.344
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	380.265	283.528	385.040	286.965
Estaduais	20.196	46.294	20.198	46.294
Municipais	196	172	196	172
	400.657	329.994	405.434	333.431
Remuneração de capitais de terceiros				
Aluguéis	3.651	3.670	3.885	3.781
Juros sobre debêntures	125.889	126.225	125.889	126.225
Juros sobre empréstimos	31.102	18.125	31.102	18.125
Variação monetária sobre debêntures	38.050	55.541	38.050	55.541
Recuperação de juros e atualização monetária de debêntures (vide nota 16.2)	(774)	—	(774)	—
Outras despesas financeiras	39.240	17.153	40.366	18.672
	237.158	220.714	238.518	222.344
Remuneração de capitais próprios				
Juros sobre capital próprio (vide nota 23.4)	62.893	52.505	62.893	52.505
Dividendos (vide nota 23.4)	351.945	192.582	351.945	192.582
	414.838	245.087	414.838	245.087
Outros				
Lucros retidos	18.052	9.132	18.052	9.132
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado	(71.850)	(71.572)	(71.850)	(71.572)
	(53.798)	(62.440)	(53.798)	(62.440)
Valor adicionado distribuído	1.079.145	808.589	1.087.290	814.766

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Reorganização societária

Em 29 de dezembro de 2016, após todas as aprovações publicadas pelos órgãos reguladores, representados pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), foi concluído o processo de venda da totalidade das ações do capital da Duke Energy International Brazil Holdings S.à.r.l. ("DEIBH") da Duke Energy International Group. S.à.r.l. (controlador indireto da Companhia) para empresa China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.à.r.l. ("CTG Lux"). O contrato de compra e venda representou a aquisição direta, pela CTG Lux, de todas as 735.023 ações preferenciais de emissão da então Duke Energy International Geração Paranapanema S.A., atualmente denominada Rio Paranapanema Energia S.A. ("Companhia") detidas pela DEIBH (controladora indireta da Companhia) e indireta das 31.180.723 ações ordinárias e 57.849.548 ações preferenciais detidas pela Duke Energy International Brasil Ltda. (antiga denominação social da Rio Paranapanema Participações S.A.), controladora direta da Companhia, representando no total 99,06% do capital votante da Companhia e sua subsidiária. O *Enterprise Value* do fechamento da operação realizada entre o Grupo Duke Energy e a CTG foi de US\$ 1,2 bilhão. Em virtude do fechamento dessa transação e de acordo com o artigo 254-A da Lei das S.A. e do Estatuto Social da Companhia, a nova controladora da Companhia, CTG deverá realizar uma oferta pública de aquisição das demais ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia ainda em circulação ("OPA").

1.2. Contexto operacional

A Companhia é uma sociedade por ações, concessionária de uso de bem público, na condição de produtora independente, com sede em São Paulo, tem como atividades principais a geração e a comercialização de energia elétrica, as quais são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A capacidade instalada da Companhia é de 2.241,3 MW, composta pelo seguinte parque gerador em operação no Estado de São Paulo: Usina Hidrelétrica (UHE) Capivara, UHE Chavantes, UHE Jurumirim, UHE Salto Grande, UHE Taquarucu, UHE Rosana e 49,7% do Complexo Canoas, formado pelas UHEs Canoas I e II. Conforme mencionado na nota 10, em 06 de maio de 2015 a Companhia adquiriu 99,99% de participação societária na Rio Sapucaí Mirim Ltda. (nova denominação social da DEB - Pequenas Centrais Hidrelétricas Ltda.) ("Sapucaí Mirim"), com base nos acordos contratuais firmados entre a Duke Energy International, Brasil Ltda. (atualmente denominada Rio Paranapanema Participações S.A.) e a Companhia.

Em novembro de 2015, a razão social da DEB - Pequenas Centrais Hidrelétricas Ltda. foi alterada para Duke Energy International Geração Sapucaí-Mirim Ltda. e em dezembro de 2016 foi novamente modificada para Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda. ("Controlada"). Os demais dados permanecem sem alteração. A capacidade instalada da Controlada é de 32,5 MW, composta pelas Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) Retiro e Palmeiras, localizadas no Rio Sapucaí, nos Municípios de Guará e São Joaquim da Barra, ambas no Estado de São Paulo. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentou um capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 371.961 (R\$ 318.536 no Consolidado), principalmente em virtude de: i. Transferência para o passivo circulante do saldo de empréstimo e da 1ª parcela da 5ª emissão de debêntures, série 1, ambos com liquidação marcada para maio de 2017; ii. Provisionamento de dividendos e o registro de juros sobre o capital próprio a pagar; iii. Aumento na provisão de tributos a recolher; iv. Aumento de caixa e equivalentes de caixa decorrente do crescimento da atividade operacional da Companhia em relação ao ano anterior.

Para equalizar esse cenário, a Companhia conta com a recorrente geração de caixa resultante de suas atividades operacionais.

1.3. Liminar sobre o fator de ajuste de energia (GSF)

O Brasil ainda sente os efeitos da severa crise hidrológica ocorrida nos últimos anos, que causou a redução dos reservatórios e elevou o nível do despacho das usinas termoeletrônicas ao máximo. Em consequência disso, o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) atingiu seu teto nos anos de 2014 e 2015, o que elevou a exposição das geradoras de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP), em decorrência do *Generation Scaling Factor - GSF* (Fator de Ajuste da Garantia Física). A Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE) entrou com pedido de liminar para mitigar a exposição das geradoras a este nível do GSF até a alocação apropriada dos custos do despacho fora da ordem de mérito. Em 02 de julho de 2015, foi concedida liminar em favor da APINE, limitando a exposição da Companhia e de outros geradores ao GSF, até que o mérito da ação seja julgado. Essa liminar foi agravada, mas ainda não há provimento sobre este agravo e a liminar ficou estabilizada desde então. O resultado da ação ainda é incerto e a decisão da justiça, quando proferida em primeira instância, está sujeita a recurso, portanto não é possível prever o impacto na Companhia e sua Controlada.

Em 08 de dezembro de 2015, o governo federal promulgou a Lei 13.203/2015 que apresentou as diretrizes para uma proposta de repactuação do risco hidrológico do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), tanto no Ambiente de Contratação Livre (ACL) como no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), estabelecendo um novo dispositivo legal para repactuar o risco hidrológico dos participantes do MRE por tempo determinado.

Em linhas gerais, a proposta para o ACL oferece benefício econômico pela compra de energia em 2015, por meio de um alívio dos resultados com a criação de um ativo intangível de parte desse valor.

Além disso, o acordo de repactuação previa uma extensão do período de concessão, equivalente ao valor deste intangível e a aquisição de uma espécie de seguro, na forma de energia de reserva para os períodos de 2016 a 2018.

Por fim, o acordo exigia a aquisição de um seguro adicional, a título de energia de reserva incremental pelo período de 2019, até o término da concessão. O resultado da aquisição deste seguro incremental e sua utilização, se negativa, também seria objeto de extensão do contrato de concessão.

Como contrapartida, os agentes que aderissem à repactuação do risco hidrológico, tanto no ACR como no ACL, teriam de abrir mão de toda e qualquer disputa judicial em relação ao risco hidrológico no âmbito do MRE.

Com essas premissas e após análises em relação ao valor resultante desta opção e considerando as incertezas em relação ao comportamento das variáveis envolvidas, levaram a Companhia e sua controlada à decisão pela não repactuação.

Atualmente está em discussão em Audiência Pública da ANEEL que definirá as regras do pagamento do custo da Geração Fora da Ordem de Mérito constantes da Lei 13.203/2015, alteradas pela Lei 13.360/2016.

O resultado desta Audiência Pública definirá o curso da negociação da repactuação que está há quase dois anos em discussão.

1.4. Revisão das garantias físicas das usinas hidrelétricas

De acordo com o Decreto nº 2.655/1998, a revisão ordinária das garantias físicas das usinas hidrelétricas do sistema deveria ocorrer a cada 5 anos, iniciando-se em 2003, posteriormente essa revisão foi adiada para 2015 e em seguida para 2016. Em dezembro de 2016, a revisão foi novamente adiada pelo MME para 2018, devendo os valores de garantia física ser publicados até 30 de abril de 2017.

1.5. Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 16 de março de 2017.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS (DFP)

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

Informações financeiras individuais e consolidadas

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas nas demonstrações financeiras supracitada, e correspondem às utilizadas pela administração na gestão da Companhia.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro, o *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e, quando aplicável, as regulamentações emitidas pela ANEEL, quando esta não estiver em desacordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o "custo atribuído" de barragens, edificações, máquinas, móveis e veículos na data de convergência para IFRS, e determinados ativos financeiros compreendendo ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.



CTG Brasil

Rio Paranapanema Energia S.A.
CNPJ nº 02.998.301/0001-81
Companhia Aberta



☆continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.6. Passivos financeiros

2.6.1. Classificação

A Companhia e sua Controlada classificam seus passivos financeiros nas seguintes categorias:

i. Mensurados ao valor justo através do resultado: Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro, sendo incluídos na rubrica “Outros ganhos e perdas”, na demonstração do resultado.

ii. Outros passivos financeiros: são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, esse método é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. Para maiores detalhes dos ativos financeiros da Companhia e Controlada e suas classificações vide nota 28.

2.7. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes no decurso normal das atividades da Companhia e sua Controlada. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Incluem os valores relativos ao suprimento de energia elétrica faturada e não faturada, inclusive a comercialização de energia elétrica efetuada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa. Na prática, dado o prazo de cobrança, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

2.8. Estimativa para créditos de liquidação duvidosa - Impairment

Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam ocorrer na cobrança destes créditos.

A estimativa para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia e sua Controlada não serão capazes de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

2.9. Estoques

Os materiais e equipamentos em estoque, classificados na rubrica (“outros ativos”) no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativo) estão registrados ao custo de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização, deduzidos de provisões para perdas, quando aplicável.

2.10. Despesas pagas antecipadamente

Os valores registrados no ativo representam as despesas pagas antecipadamente de seguros, para apropriação conforme o regime de competência, isto é, amortizadas linearmente pelo prazo de vigência da apólice, bem como gastos incorridos com o sistema de banco de dados de cadastramento das propriedades nas bordas dos reservatórios, amortizados linearmente pelo prazo da concessão.

2.11. Serviços em curso

Os valores registrados nessa rubrica referem-se aos recursos aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), em consonância com a Resolução Normativa nº 605/2014 da ANEEL. Quando concluído, os projetos são baixados em contrapartida da conta do circulante no passivo, relacionada à provisão de P&D e submetidos à aprovação da Superintendência da ANEEL.

2.12. Ativos intangíveis

2.12.1. Softwares

As licenças de *softwares* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos ligados diretamente ao funcionamento do *software*. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos. Os gastos relativos à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia e sua Controlada, são reconhecidos como ativos intangíveis.

2.12.2. Utilização de bem público (UBP)

Pela exploração da geração de energia elétrica outorgada através dos contratos de concessões, a Companhia pagou, ao longo de cinco anos, contados a partir das assinaturas dos contratos, valores anuais, em parcelas mensais referentes à UBP. Tais desembolsos, a valores históricos, foram reconhecidos no grupo de intangíveis, e são amortizados ao longo do período de concessão.

2.13. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado são apresentados pelo custo histórico ou atribuído, deduzidos das respectivas depreciações. Com exceção dos terrenos, todos os bens, ou conjuntos de bens que apresentavam valores contábeis substancialmente diferentes dos valores justos na data da adoção das novas práticas contábeis tiveram o valor justo como custo atribuído na data de transição em 1º de janeiro de 2009. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e de ativos qualificadores.

Os terrenos foram mantidos a custo histórico devido a Companhia e sua Controlada entenderem que são os valores aceitos pelo órgão regulador para fins de indenização ao final da concessão/autorização.

Os custos subsequentes aos valores históricos são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil-econômica remanescente, como segue:

Vida útil média remanescente:

	Controladora	Controlada
Reservatórios, barragens e adutoras	15	45
Edificações, obras civis e benfeitorias	20	43
Máquinas e equipamentos	12	30
Veículos	5	3
Móveis e utensílios	6	14

A Administração da Companhia e sua Controlada entendem, suportada por seus assessores legais, que não houve, até o momento, alteração nas condições de indenização dos ativos a serem revertidos ao final da concessão/autorização e que possui o direito à indenização do valor residual de todos os bens vinculados e reversíveis, inclusive dos terrenos, considerando os fatos e circunstâncias disponíveis atualmente. Caso haja legislação nova que venha a alterar as condições atuais, a Companhia e sua Controlada avaliarão os efeitos correspondentes, em suas demonstrações financeiras.

Os valores de depreciação e valores residuais dos ativos são revistos e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados das alienações com o valor contábil residual e são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício em “Outras despesas operacionais”.

2.13.1. Contratos de concessão

Em 22 de setembro de 1999, a Companhia e a ANEEL assinaram o contrato de Concessão de Geração nº 76/1999, que regula as concessões de UBP para geração de energia elétrica das usinas Jurumirim, Chavantes, Salto Grande, Capivara, Taquaruçu e Rosana, outorgadas pelo Decreto s/nº de 20 de setembro de 1999, sendo que em 5 de agosto de 2011 foi firmado o Primeiro Termo Aditivo. O contrato concede à Companhia o direito de produção e comercialização de energia elétrica na condição de produtor independente, deixando, a partir daquela data, de recolher a Reserva Global de Reversão (RGR) (exceto recursos retidos originalmente pela CESP e parcialmente transferidos à Companhia em decorrência do processo de cisão daquela empresa), para contribuir com uma taxa de UBP, por um período de 5 anos. O prazo de duração da concessão e do contrato é de 30 anos a partir da data de assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado por até 20 anos a critério do Poder Concedente.

Em 30 de julho de 1998 foi assinado o Contrato de Concessão nº 183/98 e em 18 de agosto de 2000 foi firmado o Primeiro Termo Aditivo a este contrato, que regulam as concessões para geração de energia elétrica das usinas Canoas I e Canoas II, tendo como partes a ANEEL e as empresas do Consórcio Canoas, formado pela Companhia, como produtora independente de energia elétrica, e a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) na condição de autoprodutor; tal contrato prevê que 53,8 MWm são disponibilizados à CBA. Eventuais sobras de energia não utilizadas pela CBA devem ser absorvidas, sem ônus, pela Companhia. Reciprocamente, em regime normal de operação, quando a geração for inferior ao estabelecido contratualmente, a diferença será complementada, sem ônus, pela Companhia. O contrato de concessão tem prazo de vigência de 35 anos a partir da data de assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado por até 20 anos a critério do Poder Concedente.

Em 14 de maio de 2015, foi publicada a portaria MME nº 156/2015, que autorizou o aumento da garantia física de energia da UHE Capivara, UHE Rosana e UHE Taquaruçu, sob concessão da Companhia.

Em razão dessa autorização, a garantia física de energia total da Companhia passou de 1.085,6 MWm para 1.104,8 MWm.

Após a finalização da modernização da unidade geradora UG-1 da UHE Chavantes, a ANEEL publicou em 29 de julho de 2015, o despacho nº 2.436/2015 que autorizou o acréscimo de 4,1 MWm na garantia física da usina.

Dessa forma a garantia física de energia total da Companhia, passou de 1.104,8 MWm para 1.108,9 MWm.

Em 2016 foram concluídas as modernizações das unidades geradoras UG-2 e UG-3 da UHE Chavantes, que resultaram no aumento escalonado da garantia física conforme estabelecido na Portaria MME nº 53/2013.

Assim, após as finalizações das modernizações da UG-2 e da UG-3, foram publicados respectivamente nas datas de 16 de dezembro de 2016 e 7 de abril de 2016, o Despacho ANEEL nº 3.266/2016 e o Despacho ANEEL nº 848/2016, que autorizaram os acréscimos de 0,5 MWm (UG-2) e 1,1 MWm (UG-3) na garantia física da UHE Chavantes.

Dessa forma, a garantia física de energia total da Companhia, passou de 1.108,9 MWm em 31/12/2015 para 1.110,5 MWm em 31/12/2016, valores estes que incluem a parcela de garantia física pertencente à CBA no Consórcio Canoas.

Contrato de Concessão ANEEL	Usina	Tipo	UF	Rio	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MW médio)	Início da Concessão	Vencimento Concessão
76/1999	Jurumirim	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	101,0	47,0	22/09/99	21/09/29
76/1999	Chavantes	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	414,0	177,7	22/09/99	21/09/29
76/1999	Salto Grande	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	73,8	55,0	22/09/99	21/09/29
76/1999	Capivara	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	619,0	337,5	22/09/99	21/09/29
76/1999	Taquaruçu	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	525,0	205,6	22/09/99	21/09/29
76/1999	Rosana	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	354,0	182,7	22/09/99	21/09/29
183/1998	Canoas I	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	82,5	57,0	30/07/98	29/07/33
183/1998	Canoas II	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	72,0	48,0	30/07/98	29/07/33
					2.241,3	1.110,5		

2.13.2. Resoluções autorizativas

Controlada

A ANEEL autorizou a exploração do potencial hidrelétrico das Pequenas Centrais Hidrelétricas Retiro e Palmeiras respectivamente, através das Resoluções nº 549 de 08 de outubro de 2002 e nº 706 de 17 de dezembro de 2002, em nome da Sociedade de Energia Bandeirantes - SEBAND - Ltda. (“SEBAND”).

Em fevereiro de 2007, a Rio Paranapanema Participações S.A. e a SEBAND assinaram Contrato de Cessão e Transferência de Quotas e Outras Avenças, objetivando a transferência dos bens e direitos relativos à exploração do aproveitamento hidrelétrico das PCH Retiro e PCH Palmeiras para a Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda., concomitantemente à transferência integral das quotas da Controlada para a Rio Paranapanema Participações S.A..

Através da Resolução nº 944 de 05 de junho de 2007, a ANEEL autorizou a transferência das autorizações para implantar e explorar as PCH Retiro e PCH Palmeiras da SEBAND para a Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda.

Em 22 de abril de 2015, ocorreu a transferência pela Rio Paranapanema Participações S.A. do controle societário da Controlada para Companhia, conforme nota 10.

Contrato de Concessão ANEEL	Usina	Tipo	UF	Rio	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MW médio)	Início da Concessão	Vencimento Concessão
549/2002	Retiro	PCH - Hidrelétrica	SP	Sapucaí	16,0	8,1	10/10/02	09/10/32
706/2002	Palmeiras	PCH - Hidrelétrica	SP	Sapucaí	16,5	8,1	18/12/02	17/12/32
					32,5	16,2		

2.14. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidade Geradora de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment* são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

Os detalhes das análises de *impairment* da Controladora e Controlada estão evidenciados na nota 11.7.

2.15. Fornecedores e outras contas a pagar

Fornecedores e outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens, energia elétrica, encargos de uso da rede, materiais e serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo), caso contrário, fornecedores e outras contas a pagar são apresentados como passivo não circulante.

Eles são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, considerando o prazo de pagamento, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente.

2.16. Debêntures e Empréstimos

As debêntures e os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os mesmos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento das debêntures são reconhecidas como custos da transação das debêntures, uma vez que seja provável que uma parte ou o total seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período ao qual se relaciona.

As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.17. Provisões

As provisões para restauração ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhistas, cíveis e fiscais) são reconhecidas quando a Companhia e sua Controlada tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados, com provável saída de recursos para liquidar a obrigação e valor estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia e sua Controlada liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.18. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos diferidos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, os impostos são reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições tributárias assumidas pela Companhia e sua Controlada com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade devedora, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedam o total devido na data do balanço.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais.

A Controlada é optante pelo regime de tributação pelo lucro presumido e não constitui provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos.

2.19. Benefícios a empregados

2.19.1. Obrigações de aposentadoria

A Companhia patrocina planos de pensão e aposentadoria a seus empregados. Esses planos foram constituídos de acordo com as características de benefício definido e contribuição definida. Os custos, contribuições e o passivo ou ativo atuarial do plano de benefício definido são determinados, anualmente, em 31 de dezembro, por atuários independentes, e apurados usando o método da unidade de crédito projetada e registrados de acordo com a Deliberação CVM nº 695/2012 (CPC 33 (R1)). Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. Para este plano, a Companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração. Neste caso, a Companhia tem obrigações legais de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar os benefícios a todos os empregados.

Com relação aos planos de pensão de benefício definido, a Companhia reconhece passivo no balanço patrimonial se o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço é maior que o valor justo dos ativos do plano.

A Companhia reconheceria um ativo no balanço patrimonial se os superávits do plano de benefício definido levassem a uma redução efetiva dos pagamentos de contribuições futuras.

No momento, o superávit verificado não atendeu a esse critério e nenhum ativo foi constituído.

Os custos correntes do plano, incluindo os juros, menos os rendimentos esperados dos ativos, são reconhecidos no resultado do exercício mensalmente. Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes, com efeito imediato no patrimônio líquido da Companhia.

2.19.2. Pagamento baseado em ações, liquidados com instrumentos patrimoniais

Não há plano de remuneração baseado em ações de emissão da Companhia aos membros do Conselho de Administração, Diretoria e Diretoria Estatutária.

A Duke Energy Corporation (antiga Controladora da Companhia), por outro lado, opera um plano de remuneração baseado em ações, liquidado com seus instrumentos patrimoniais, para o qual elegia alguns executivos da Companhia a participar.

A Companhia recebe os serviços dos executivos elegíveis como contraprestação à remuneração baseada em ações da antiga Controladora, sendo estes valores calculados pelo valor justo das ações da Controladora na data da concessão, e reconhecido como despesa, em contrapartida do aumento do patrimônio líquido da Companhia, em conformidade com o CPC 10 R1 - Pagamento baseado em ações (vide nota 23.5).

2.19.3. Benefícios de rescisão

Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o emprego é rescindido pela Companhia ou pela Controlada antes da data normal de aposentadoria ou sempre que o empregado aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios. A Companhia e sua Controlada reconhecem os benefícios de rescisão quando está, de forma demonstrável, comprometida com a rescisão dos atuais empregados de acordo com um plano formal detalhado, o qual não pode ser suspenso ou cancelado, ou o fornecimento de benefícios de rescisão como resultado de uma oferta feita para incentivar a demissão voluntária.

2.19.4. Participação nos lucros

A Companhia e sua Controlada reconhecem um passivo e uma despesa de participação nos lucros e resultados, com base em uma fórmula que leva em conta o lucro líquido combinado do exercício conforme Acordo Coletivo vigente.

2.20. Capital Social

Ações Ordinárias (ON) e Preferenciais (PN) são classificadas como patrimônio líquido. As ações preferenciais não dão direito de voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As demais características das ações preferenciais estão descritas na nota 23.1.

2.21. Reconhecimento da receita

2.21.1. Receita de comercialização de energia

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e de sua Controlada. A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

A Companhia e sua Controlada reconhecem a receita quando:

- o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia;
- quando critérios específicos são atendidos para cada uma das atividades da Companhia e Controlada, conforme descrição a seguir.

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia e sua Controlada baseiam suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

A Companhia e sua Controlada reconhecem as receitas de vendas de energia em contratos bilaterais, de leilões, MRE e MCP no mês de suprimento da energia de acordo com os valores constantes dos contratos e estimativas da Administração da Companhia e sua Controlada, ajustados posteriormente por ocasião da disponibilidade dessas informações.

2.21.2. Receita diferida

A Companhia e sua Controlada possuem contratos de curto e longo prazo de venda de energia contendo, além da cláusula de atualização monetária por índices de preços, a previsão de redução do preço contratado na energia a ser fornecida no futuro. Em consonância com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (OGPC 05 - Orientação sobre Contratos de Concessão), para fins de linearização da receita ao longo do tempo, a Companhia e sua Controlada diferem a parcela da receita obtida entre o preço de venda e o preço médio de venda no decorrer do contrato.

2.21.3. Receita financeira

As receitas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, registradas contabilmente em regime de competência e são representadas principalmente por rendimentos sobre aplicações financeiras, juros e descontos obtidos.

2.22. Distribuição de Dividendos e Juros sobre capital próprio (JSCP)

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia, com base no seu Estatuto Social, é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras ao final do exercício.

O Estatuto Social da Companhia prevê que o pagamento de JSCP, pode ser deduzido do montante de dividendos a pagar. O montante calculado está em conformidade com a legislação vigente e o benefício fiscal gerado é reconhecido na demonstração do resultado.

2.23. Demonstrações de valor adicionado

A Companhia e sua Controlada elaboraram Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme requerido pela legislação societária brasileira às companhias abertas. Para fins de IFRS, tais demonstrações representam informação financeira suplementar.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia e sua Controlada elaboram estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas abaixo:

3.1.1. Imposto de renda, contribuição social e impostos diferidos

O método de contabilização do passivo diferido do imposto de renda e contribuição social é determinado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas.

Os créditos, que tem por base diferenças temporárias, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

3.1.2. Vida útil de ativos de longa duração

A Companhia aplicou o custo atribuído na adoção inicial do IFRS de acordo com o CPC 27 (Ativo imobilizado) em 1º de janeiro de 2009 e contratou consultoria especializada para elaboração da avaliação do ativo imobilizado. A Companhia registra sua depreciação de acordo com a vida útil determinada pelos avaliadores que leva em consideração:

- os valores residuais dos ativos (de indenização) ao final da concessão ou da autorização admitidos pelos reguladores);
- respeita a vida útil econômica estimada pelos reguladores que vem sendo aceita pelo mercado como adequada, a menos que exista evidência robusta de que outra vida útil é mais adequada.

A Companhia não acredita que existam indicativos de uma alteração material nas estimativas e premissas usadas no cálculo de perdas por recuperação de ativos de vida longa.

3.1.3. Impairment

A Companhia e sua Controlada testam a recuperação de seus ativos segregados por unidade geradora de caixa, utilizando o critério do fluxo de caixa descontado que dependem de diversas estimativas, que são influenciadas pelas condições de mercados voláteis no momento em que essa recuperabilidade é testada.

3.2. Novas normas, alterações e interpretações de normas

A Companhia e sua Controlada não adotaram as IFRSs novas e revisadas e ainda não vigentes mencionadas a seguir:

Pronunci



Rio Parapanema Energia S.A.
CNPJ nº 02.998.301/0001-81
Companhia Aberta

continuaçãoNOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração da Companhia entende que a aplicação dos pronunciamentos mencionados a serem adotados nas suas demonstrações financeiras nas datas exigidas pode ter algum efeito sobre os saldos reportados anteriormente. No entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que seja efetuada revisão detalhada à época da efetiva adoção.

4. GESTÃO DE RISCOS DO NEGÓCIO

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e sua Controlada as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia e Controlada se concentram na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia e da sua Controlada. A gestão de risco é realizada pela Companhia e sua Controlada, seguindo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração que identifica, avalia e protege a Companhia e sua Controlada contra eventuais riscos financeiros.

4.1.1. Risco de mercado

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de debêntures de longo prazo e caixa e equivalentes de caixa para a Companhia e sua Controlada.

As debêntures emitidas às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa.

O impacto causado pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) sobre as debêntures é minimizado pela remuneração das aplicações financeiras pelo CDI e pelos preços nos contratos de venda de energia elétrica que também estão indexados à variação dos índices IPCA ou IGP-M.

4.1.2. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com máximo de *rating* disponível no mercado.

Em 2016 as principais agências de *ratings* de riscos financeiros mantiveram a classificação concedida em 2015 para a qualidade dos ativos financeiros pertencentes à Companhia e sua Controlada.

No caso de clientes, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

O preço da energia elétrica vendida para distribuidoras e clientes livres determinados nos contratos de leilão e bilaterais está no nível dos preços fechados no mercado e eventuais sobras ou faltas de energia são liquidadas no âmbito da CCEE (vide nota 25.1).

4.1.3. Risco de aceleração de dívidas

A Companhia possui debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas a atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações (vide nota 16.4).

4.1.4. Análise da sensibilidade

A Companhia e sua Controlada, em atendimento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulgam quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, compostos por debêntures, empréstimos e caixa e equivalentes de caixa, ao qual a Companhia e sua Controlada estão expostas na data de encerramento do exercício.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando a variação entre as taxas e índices vigentes dos últimos 12 meses e considerou ainda outros quatro cenários, com variações de risco favoráveis e desfavoráveis de 25% e 50% sobre as taxas de juros e índices flutuantes em relação ao cenário provável.

Demonstramos a seguir, os impactos no resultado financeiro da Controladora e no Consolidado, para os cinco cenários estimados para os próximos 12 meses:

Dívida			Controladora					
Debêntures	Emissão	Indexador	31/12/16	Cenário - Δ 50%	Cenário - Δ 25%	Cenário Provável	Cenário + Δ 25%	Cenário + Δ 50%
	3ª	CDI + 1,15% a.a.	(80.303)	(6.544)	(9.355)	(12.165)	(14.975)	(17.786)
	4ª S1	CDI + 0,65% a.a.	(177.314)	(13.564)	(19.769)	(25.975)	(32.181)	(38.386)
	4ª S2	IPCA + 6,07% a.a.	(328.952)	(30.312)	(35.485)	(40.658)	(45.831)	(51.004)
	5ª S1	CDI + 0,89% a.a.	(241.970)	(19.090)	(27.558)	(36.027)	(44.496)	(52.964)
	5ª S2	IPCA + 7,01% a.a.	(302.606)	(30.730)	(35.489)	(40.247)	(45.005)	(49.764)
	6ª	CDI + 2,00% a.a.	(166.378)	(14.973)	(20.796)	(26.619)	(32.442)	(38.265)
Empréstimo		CDI + 1,40% a.a.	(230.228)	(19.338)	(27.395)	(35.453)	(43.511)	(51.568)
			(1.527.751)	(134.551)	(175.847)	(217.144)	(258.441)	(299.737)
Caixa e equivalentes de caixa		CDI	798.120	55.865	83.797	111.730	139.663	167.595
Total da exposição líquida			(729.631)	(78.686)	(92.050)	(105.414)	(118.778)	(132.142)
			Variação dos índices	Cenário - Δ 50%	Cenário - Δ 25%	Cenário Provável	Cenário + Δ 25%	Cenário + Δ 50%
			IPCA	3,15%	4,72%	6,29%	7,86%	9,44%
			CDI	7,00%	10,50%	14,00%	17,50%	21,00%

Dívida			Consolidado					
Debêntures	Emissão	Indexador	31/12/16	Cenário - Δ 50%	Cenário - Δ 25%	Cenário Provável	Cenário + Δ 25%	Cenário + Δ 50%
	3ª	CDI + 1,15% a.a.	(80.303)	(6.544)	(9.355)	(12.165)	(14.975)	(17.786)
	4ª S1	CDI + 0,65% a.a.	(177.314)	(13.564)	(19.769)	(25.975)	(32.181)	(38.386)
	4ª S2	IPCA + 6,07% a.a.	(328.952)	(30.312)	(35.485)	(40.658)	(45.831)	(51.004)
	5ª S1	CDI + 0,89% a.a.	(241.970)	(19.090)	(27.558)	(36.027)	(44.496)	(52.964)
	5ª S2	IPCA + 7,01% a.a.	(302.606)	(30.730)	(35.489)	(40.247)	(45.005)	(49.764)
	6ª	CDI + 2,00% a.a.	(166.378)	(14.973)	(20.796)	(26.619)	(32.442)	(38.265)
Empréstimo		CDI + 1,40% a.a.	(230.228)	(19.338)	(27.395)	(35.453)	(43.511)	(51.568)
			(1.527.751)	(134.551)	(175.847)	(217.144)	(258.441)	(299.737)
Caixa e equivalentes de caixa		CDI	852.563	59.676	89.514	119.352	149.190	179.028
Total da exposição líquida			(675.188)	(74.875)	(86.333)	(97.792)	(109.251)	(120.709)
			Variação dos índices	Cenário - Δ 50%	Cenário - Δ 25%	Cenário Provável	Cenário + Δ 25%	Cenário + Δ 50%
			IPCA	3,15%	4,72%	6,29%	7,86%	9,44%
			CDI	7,00%	10,50%	14,00%	17,50%	21,00%

4.2. Gestão de capital

			Controladora		Consolidado	
			2016	2015	2016	2015
Empréstimos (vide nota nº 17)			230.228	199.125	230.228	199.125
Debêntures (vide nota nº 16)			1.297.523	1.259.658	1.297.523	1.259.658
Caixa e equivalentes de caixa (vide nota nº 6)			(798.120)	(416.964)	(852.563)	(464.069)
Dívida líquida			729.631	1.041.819	675.188	994.714
Patrimônio líquido			1.771.988	1.813.883	1.771.988	1.813.883
Total do capital			2.501.619	2.855.702	2.447.176	2.808.597
Índice de alavancagem financeira (%)*			29,2	36,5	27,6	35,4

*Dívida líquida/total do capital.

Os objetivos da Companhia e da sua Controlada ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos ou devolver capital aos acionistas.

4.3. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a pagar aos fornecedores e as contas a receber de clientes reconhecidos pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Companhia e sua Controlada é o preço de concorrência atual.

4.4. Outros riscos

4.4.1. Risco hidrológico

Risco associado à escassez de água destinada à geração de energia. O Sistema Interligado Nacional (SIN) foi atendido em 2016 por cerca de 75% de geração hidráulica. Para atenuar estes riscos, foi criado o MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento entre as regiões do SIN dos riscos hidrológicos das usinas despachadas de forma centralizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). É importante ressaltar que o risco é sistêmico, ou seja, haverá efetivo risco às empresas que possuem usinas hidroelétricas quando o sistema como um todo estiver em condição hidrológica desfavorável e não apenas a região onde estas usinas estão localizadas.

4.4.2. Risco de regulação

As atividades da empresa, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia e de sua Controlada.

4.4.3. Risco ambiental

As atividades e instalações da Companhia e sua Controlada estão sujeitas a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais, bem como a diversas exigências de funcionamento relacionadas à proteção do meio ambiente. Adicionalmente, eventual impossibilidade de a Companhia e sua Controlada operarem suas usinas em virtude de autuações ou processos de cunho ambiental poderá comprometer a geração de receita operacional e afetar negativamente o resultado da Companhia e de sua Controlada.

A Companhia e sua Controlada utilizam-se da política de gestão de Meio Ambiente, Saúde e Segurança (MASS) para assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, minimizando os riscos para a Companhia e sua Controlada.

5. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes (vide nota 6):

Caixa e equivalentes de caixa					
Standard&Poor's	Moody's	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
A-3	BR-1		6	—	6
B	BR-1	639.367	289.929	685.078	336.637
B	—	158.750	127.026	167.482	127.423
*	—	3	3	3	3
		798.120	416.964	852.563	464.069

* O saldo de R\$ 3 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 3 em 31 de dezembro de 2015) refere-se a fundo fixo de caixa, portanto, não possui classificação de risco.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

				Controladora		Consolidado	
				2016	2015	2016	2015
Caixa e bancos				410	1.885	1.015	2.301
Aplicações financeiras							
Certificado de depósito bancário (CDB)				797.616	397.063	851.289	443.605
Fundo renda fixa				94	18.016	259	18.163
				798.120	416.964	852.563	464.069

As aplicações financeiras correspondem às operações de fundos de investimentos de renda fixa e certificados de depósitos bancários, as quais são realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e são contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do CDI. Os ganhos ou perdas decorrentes de variações no valor justo desses ativos são apresentados na demonstração do resultado em “resultado financeiro” no exercício em que ocorrem (vide nota 26).

7. CLIENTES

7.1. Composição do saldo

	Controladora			
	2016		2015	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Contratos bilaterais	118.376	285	108.414	651
Contratos de leilão	4.381	—	—	—
Energia de curto prazo (MRE/MCP)	13.206	—	55.980	—
	135.963	285	164.394	651
	(2.592)	(285)	—	(285)
Estimativa para créditos de liquidação duvidosa	133.371	—	164.394	366

	Consolidado			
	2016		2015	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Contratos bilaterais	120.891	413	111.537	779
Contratos de leilão	4.381	—	—	—
Energia de curto prazo (MRE/MCP)	13.212	—	58.367	—
	138.484	413	169.904	779
	(2.592)	(413)	(72)	(413)
Estimativa para créditos de liquidação duvidosa	135.892	—	169.832	366

7.2. Movimentação da estimativa para créditos de liquidação duvidosa (ECLD)

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(285)	(485)
Constituição	(3.262)	(6.701)
Reversão	670	4.181
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(2.877)	(3.005)

As faturas emitidas pela Companhia e sua Controlada referentes aos contratos bilaterais e leilão são emitidas com vencimento único no mês seguinte ao do suprimento.

A estimativa de crédito de liquidação duvidosa é avaliada conforme descrito na nota 2.8.

8. TRIBUTOS A RECUPERAR/RECOLHER

	Controladora				Consolidado			
	2016		2015		2016		2015	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Ativo								
IRPJ e CSLL	9.032	819	2.922	819	10.309	819	3.873	819
PIS e COFINS	967	141	1.274	141	967	141	1.274	141
INSS	—	—	—	—	—	1.260	—	1.168
	9.999	960	4.196	960	11.276	2.220	5.147	2.128
Passivo								
IRPJ e CSLL	152.672	—	117.587	—	153.473	—	118.246	—
PIS e COFINS	11.420	—	10.376	—	11.521	—	10.510	—
ICMS	1.782	—	1.511	—	1.782	—	1.511	—
IRRF sobre JSCP	9.483	—	8.176	—	9.483	—	8.176	—
Outros	459	—	411	—	497	—	440	—
	175.816	—	138.061	—	176.756	—	138.883	—
Ativo de imposto diferido								
Diferenças temporárias	—	(130.950)	—	(72.544)	—	(130.950)	—	(72.544)
Benefício fiscal	—	(24.488)	—	(28.183)	—	(24.488)	—	(28.183)
Receita diferida	—	(4.491)	—	(9.338)	—	(4.491)	—	(9.338)
Passivo de imposto diferido								
Ajuste de avaliação patrimonial	—	340.151	—	377.165	—	340.151	—	377.165
Ajuste atuarial plano de pensão	—	2.716	—	2.424	—	2.716	—	2.424
Mais-valia - Investimento em controlada	—	8.859	—	3.037	—	8.859	—	3.037
Passivo de imposto diferido (líquido)	—	191.797	—	272.561	—	191.797	—	272.561

8.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 1º de janeiro de 2009, conforme previsto no CPC 27 (Ativo imobilizado) e em atendimento às orientações contidas no ICPC 10 (Interpretação sobre a aplicação inicial ao ativo imobilizado e à propriedade para investimento dos pronunciamentos técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43), a Companhia reconheceu o valor justo do ativo imobilizado (custo atribuído) na data da adoção inicial dos CPCs e do IFRS. Em decorrência, a Companhia também reconheceu os correspondentes valores de imposto de renda e de contribuição social diferidos, nessa data de transição.



CTG Brasil

Rio Paranapanema Energia S.A.
CNPJ nº 02.998.301/0001-81
Companhia Aberta



continuação NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	9. DEPÓSITOS JUDICIAIS			
	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Ambiental	5.875	5.404	5.875	5.404
Fiscal:	10.058	9.214	10.058	9.214
IPTU (Município de Primeiro de Maio)	1.471	1.356	1.471	1.356
Débitos em disputa referentes à IRRF, IRPJ e CSLL	129	119	129	119
Débitos em disputa referentes à PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e IOF	8.458	7.739	8.458	7.739
Tusd-g	31.679	28.612	31.679	28.612
	47.612	43.230	47.612	43.230

Estão classificados nesta rubrica somente os depósitos judiciais recursais não relacionados com as contingências passivas prováveis e todos são atualizados monetariamente (vide nota 20).

i. Ambiental - Depósitos judiciais efetuados pela Companhia nos autos de ações anulatórias movidas contra o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), referentes a multas administrativas.

ii. Fiscal:
a. IPTU (Município de Primeiro de Maio) - A Companhia ajuizou ação anulatória de débitos fiscais em face do Município de Primeiro de Maio, débitos estes relativos ao Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) incidente sobre imóveis que correspondem à parte do reservatório da bacia de Capivara. Os depósitos judiciais ocorreram em 2000 e 2010.

b. Débitos em disputa referente à IRRF, IRPJ e CSLL - Depósitos judiciais referentes a mandado de segurança ajuizado com o objetivo de obter concessão de segurança para fins de ser reconhecida a quitação de valores de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), IRPJ e CSLL sem a exigência de multa moratória, face à denúncia espontânea realizada.

c. Débitos em disputa referente à PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e IOF - Depósito judicial efetuado em mandado de segurança para fins de garantia do juízo e suspensão da exigibilidade do débito fiscal relativo à multa de mora. A Companhia, apoiada em parecer de assessores legais, entende que a multa de mora não é devida a partir de denúncia espontânea, conforme previsto no artigo 138 do Código Tributário Nacional e, assim, nenhum passivo foi contabilizado em relação a essa discussão.

d. Execução Fiscal - Município de Diamante do Norte - Depósito judicial realizado a fim de possibilitar a oposição de embargos de devedor nos autos de execução fiscal por meio da qual se exige crédito tributário supostamente devido a título de “Alvará de Localização/Funcionamento e Vigilância Sanitária” relativo ao reservatório de Rosana. O entendimento da Companhia, embasado por parecer de seus assessores legais, é de que o Município de Diamante do Norte é incompetente para a cobrança do tributo objeto da execução fiscal, uma vez que o reservatório de Rosana se localiza no Município de Rosana/SP.

iii. Tusd-g - Depósitos judiciais para fins de obtenção de decisão judicial suspendendo a exigibilidade da multa imposta pela ANEEL pelo suposto descumprimento das obrigações de assinar os Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (Cusd) e de pagar o Passivo acumulado entre julho de 2004 a junho de 2009. Para maiores detalhes, vide nota 13 para uma descrição do andamento das discussões referentes à Tusd-g.

10. INVESTIMENTO

Em 22 de abril de 2015, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 5.182/2015, por meio da qual a ANEEL aprovou a transferência do controle societário direto da atual Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda, anteriormente denominada Duke Energy International Geração Sapucaí-Mirim Ltda. (então DEB - Pequenas Centrais Hidrelétricas Ltda.) para a Rio Paranapanema Energia S.A. anteriormente denominada Duke Energy International - Geração Paranapanema S.A., a qual foi concluída em 06 de maio de 2015.

A partir dessa data, a Controladora passou a reconhecer os resultados apurados na Controlada por meio de equivalência patrimonial, e os saldos iniciais em 6 de maio de 2015, eram:

	Controlada			
Saldo em 06 de maio de 2015				
Patrimônio líquido na data de aquisição			200.368	
Ativo total			217.061	
Receita líquida			14.223	
A contraprestação para a aquisição do controle acionário foi de R\$ 191.433 e o pagamento desse valor ocorreu na mesma data da conclusão do processo de transferência do controle societário. A diferença apurada entre a contraprestação paga e o valor patrimonial da Controlada na data da aquisição, no montante de R\$ 5.897 (vide nota 23.2), líquido dos efeitos tributários, foi registrada como uma reserva de capital, no patrimônio líquido da Controladora, uma vez que se trata de uma operação entre entidades sob controle comum.				
a) Controlada				
Empresa controlada	Quantidade de Quotas	Participação Direta (%)	2016 Valor Patrimonial	2015 Valor Patrimonial
Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda. (anteriormente denominada Duke Energy International Geração Sapucaí-Mirim Ltda.)	398.617.358	99,99%	215.216	186.948

b) Movimentação dos investimentos da Controladora			
	Controlada		
	2016	2015	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	186.948		
Equivalência patrimonial	28.268		
Saldo em 31 de dezembro de 2016	215.216		

c) Informações financeiras da Controlada			
	Controlada		
	2016	2015	
Patrimônio líquido	215.216	186.948	
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	28.268	(13.420)	
Ativo total	221.527	207.679	
Receita líquida do exercício	31.144	25.237	

11. IMOBILIZADO

a) Composição					
	Controladora				Taxa média anual de depreciação
	2016		2015		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Em serviço					
Terrenos	213.865	–	213.865	210.982	
Reservatórios, barragens e adutoras	3.407.903	(1.216.930)	2.190.973	2.343.008	4,5%
Edificações, obras civis e benfeitorias	454.590	(171.006)	283.584	298.269	3,3%
Máquinas e equipamentos	877.124	(340.898)	536.226	542.125	5,1%
Veículos	7.974	(2.710)	5.264	4.238	11,8%
Móveis e utensílios	1.850	(1.476)	374	465	3,9%
(–) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	–	(200.675)	(200.675)	
	4.762.631	(1.733.020)	3.029.611	3.198.412	

Em curso					
Terrenos	1.046	–	1.046	4.248	
Reservatórios, barragens e adutoras	3.067	–	3.067	2.124	
Edificações, obras civis e benfeitorias	214	–	214	207	
Máquinas e equipamentos	95.310	–	95.310	83.149	
Veículos	–	–	–	1.104	
Móveis e utensílios	98	–	98	1.546	
	99.735	–	99.735	92.378	
	4.862.366	(1.733.020)	3.129.346	3.290.790	
(–) Obrigações especiais (vide nota 21)	(1.379)	344	(1.035)	(1.515)	
	4.860.987	(1.732.676)	3.128.311	3.289.275	

		Consolidado		Taxa média anual de depreciação	
		2016			2015
		Custo	Depreciação acumulada		Valor líquido

Em serviço					
Terrenos	223.271	–	223.271	220.387	
Reservatórios, barragens e adutoras	3.642.736	(1.234.020)	2.408.716	2.565.279	4,3%
Edificações, obras civis e benfeitorias	492.152	(173.963)	318.189	333.684	3,2%
Máquinas e equipamentos	998.751	(353.494)	645.257	651.594	4,8%
Veículos	8.034	(2.745)	5.289	4.272	11,8%
Móveis e utensílios	1.983	(1.499)	484	568	4,0%
(–) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	–	(200.675)	(200.675)	
	5.166.252	(1.765.721)	3.400.531	3.575.109	

Em curso					
Terrenos	10.960	–	10.960	14.015	
Reservatórios, barragens e adutoras	3.067	–	3.067	2.387	
Edificações, obras civis e benfeitorias	248	–	248	333	
Máquinas e equipamentos	95.384	–	95.384	86.055	
Veículos	–	–	–	1.104	
Móveis e utensílios	98	–	98	1.546	
	109.757	–	109.757	105.440	

Perda pela não recuperabilidade de ativos (CPC 01 - vide nota 2.14)	(219.504)	–	(219.504)	(237.350)	
	5.056.505	(1.765.721)	3.290.784	3.443.199	
(–) Obrigações especiais (vide nota 21)	(1.379)	344	(1.035)	(1.515)	
	5.055.126	(1.765.377)	3.289.749	3.441.684	

b) Movimentação do ativo imobilizado						
	Controladora					
	Valor líquido em 31/12/2015	Adições	Depreciação	Baixas	Reclassificação e transferência	Valor líquido em 31/12/2016
Terrenos	215.230	–	–	(319)	–	214.911
Reservatórios, barragens e adutoras	2.345.132	1.103	(152.710)	–	515	2.194.040
Edificações, obras civis e benfeitorias	298.476	362	(14.854)	(152)	(34)	283.798
Máquinas e equipamentos	625.274	58.532	(44.520)	(7.763)	12	631.535
Veículos	5.342	1.113	(939)	(252)	–	5.264
Móveis e utensílios	2.011	61	(72)	(21)	(1.506)	473
(–) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	–	–	–	–	(200.675)
	3.290.790	61.171	(213.095)	(8.507)	(1.013)	3.129.346
(–) Obrigações especiais (vide nota 21)	(1.515)	(431)	109	802	–	(1.035)
	3.289.275	60.740	(212.986)	(7.705)	(1.013)	3.128.311

	Consolidado					
	Valor líquido em 31/12/2015	Adições	Depreciação	Baixas	Reclassificação e transferência	Valor líquido em 31/12/2016
Terrenos	234.402	146	–	(318)	–	234.230
Reservatórios, barragens e adutoras	2.567.666	1.103	(157.524)	(28)	566	2.411.783
Edificações, obras civis e benfeitorias	334.017	396	(15.665)	(152)	(159)	318.437
Máquinas e equipamentos	737.649	58.880	(48.194)	(7.765)	71	740.641
Veículos	5.376	1.114	(948)	(252)	–	5.290
Móveis e utensílios	2.114	60	(80)	(21)	(1.491)	582
(–) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	–	–	–	–	(200.675)
	3.680.549	61.699	(222.411)	(8.536)	(1.013)	3.510.288
Perda pela não recuperabilidade de ativos (CPC 01 - vide nota 2.14)	(237.350)	17.826	–	20	–	(219.504)
	3.443.199	79.525	(222.411)	(8.516)	(1.013)	3.290.784
(–) Obrigações especiais (vide nota 21)	(1.515)	(431)	109	802	–	(1.035)
	3.441.684	79.094	(222.302)	(7.714)	(1.013)	3.289.749

11.1. Custo atribuído no ativo imobilizado

A Companhia aplicou o custo atribuído na adoção inicial do IFRS de acordo com o CPC 27 - Ativo imobilizado. A despesa incremental de depreciação, calculada sobre os ajustes ao custo atribuído nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 foi de R\$ 104.480 e R\$ 103.984, respectivamente.

11.2. Taxas de depreciação

A Companhia e sua Controlada calculam a depreciação pelo método linear, por componente, cuja taxa de depreciação leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens de acordo com estabelecido pelo órgão regulador. Os terrenos não são depreciados.

11.3. Bens vinculados à concessão

Em 15 de dezembro de 2015 foi publicada a resolução normativa nº 691 da ANEEL, que disciplina a desvinculação dos bens servíveis à concessão/autorização, por iniciativa do agente setorial, ficando, portanto, dispensada da obrigação de solicitar anuência prévia ao órgão regulador para desvinculação dos bens vinculados aos serviços de energia elétrica.

Os bens vinculados à concessão/autorização representam a totalidade do saldo do ativo imobilizado da Controladora e Controlada.

11.4. Repotenciação e Modernização da UHE Capivara

Em 13 de maio de 2015, foi publicada pela ANEEL a Portaria nº 156/2016, que revisou extraordinariamente a Garantia Física da UHE Capivara.

Em setembro de 2015, foi assinado contrato de repotenciação e modernização das unidades geradoras UHE Capivara. Este projeto contemplou a substituição das turbinas hidráulicas por outras de melhor rendimento, possibilitará um aumento de 8,1 MW na garantia física da usina. A obra iniciou em 2016 e o montante estimado foi de R\$ 133 milhões.

11.5. Expansão 15%

A Companhia informa que a Ação de Obrigação de Fazer movida pelo Estado de São Paulo referente à expansão de 15% da sua capacidade instalada tramita em segredo de justiça.

11.6. Venda de Ativo

11.6.1. Pousada Jurumirim

Em 13 de dezembro de 2014, foi realizado o leilão público para venda da pousada Jurumirim. O lance vencedor foi no montante de R\$ 2.880, sendo 25% pagos a título de sinal e os 75% restantes em 13 de janeiro de 2015, conforme contrato entre as partes. A transferência definitiva da propriedade do imóvel da Controladora para o comprador ocorreu em 2015.

O custo apurado na venda do imobilizado foi de R\$ 777, correspondente ao saldo residual do bem. O resultado apurado na transação está registrado na rubrica “Outras Receitas Operacionais”, na demonstração do resultado do exercício.

11.7. Análise de Impairment

Durante o exercício, a Companhia efetuou uma análise do valor recuperável dos ativos, a qual não indicou perda por *impairment* a ser reconhecida em 31 de dezembro de 2016.

No mesmo período, a Controlada utilizou como metodologia para o cálculo do valor recuperável dos ativos, a geração de caixa futuro projetada até o final da autorização, com receitas e despesas projetadas, em conformidade com as expectativas de preço para comercialização, baseadas no orçamento projetado. O fluxo de caixa descontado utilizou a taxa de desconto (*Weighted Average Cost of Capital - WACC*) de 12,5%, tendo como saldo o montante de R\$ 219.504. A movimentação do saldo em 2016 é conforme descrito abaixo:

	Controlada			
Saldo em 31 de dezembro 2015				(237.350)
Baixas				20
Recuperação de perda pela não recuperabilidade de ativos (CPC 01)				17.826
Saldo em 31 de dezembro de 2016				(219.504)

12. INTANGÍVEL

O saldo em 31 de dezembro de 2016 é constituído por direitos de uso de *software*, servidão de passagem e por UBP (Utilização do Bem Público).

a) Composição		Controladora				Taxa média anual de amortização
		2016		2015		
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Em serviço						
UBP		53.494	(29.438)	24.056	25.907	3,5%
Software		25.555	(21.624)	3.931	3.646	4,8%
Servidão de passagem		75	—	75	75	
		79.124	(51.062)	28.062	29.628	

Em curso					
<i>Software</i>	739	–	739	758	
	739	–	739	758	
	79.863	(51.062)	28.801	30.386	
(–) Obrigações especiais (vide nota nº 21)	(2.207)	1.484	(723)	(1.143)	
	77.656	(49.578)	28.078	29.243	

(-) Obrigações especiais (vide nota nº 21)	2.207	1.484	(723)	(1.143)
	77.656	(49.578)	28.078	29.243

Consolidado				Taxa média anual de amortização
2016		2015		
Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	

Em serviço					
UBP	53.494	(29.438)	24.056	25.907	3,5%
<i>Software</i>	25.621	(21.662)	3.959	3.687	4,9%
Servidão de passagem	262	–	262	262	
	79.377	(51.100)	28.277	29.856	

Em curso				
Software	739	–	739	758
Servidão de passagem	17	–	17	17
	756	–	756	775
	80.133	(51.100)	29.033	30.631
(–) Obrigações especiais (vide nota nº 21)	(2.207)	1.484	(723)	(1.143)
	77.926	(49.616)	28.310	29.488



Rio Paranapanema Energia S.A.
CNPJ nº 02.998.301/0001-81
Companhia Aberta

continuaçãoNOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 29 de janeiro de 2016 foi proferida Sentença Arbitral Final, através da qual foi determinado o pagamento, pela Controlada, da quantia de R\$ 12.503 (data-base dezembro de 2014), com incidência de 1% (um por cento) de juros e correção monetária com base na variação do IPCA/IBGE, calculados a partir de janeiro de 2015, totalizando R\$ 15.952. De acordo com o contrato de compra e venda de quotas da Controlada, firmado entre a Companhia e a Rio Paranapanema Participações S.A. (anteriormente denominada Duke Energy International, Brasil Ltda.), esta comprometeu-se a manter aquela totalmente indene com relação a todos e quaisquer valores adicionais decorrentes da Arbitragem, motivo pelo qual o valor estabelecido pela sentença arbitral foi pago pela Rio Paranapanema Participações S.A. à Controladora. Os valores pagos foram registrados como reserva de capital, líquido dos efeitos tributários, no montante de R\$ 10.529. A Controlada procedeu o pagamento dessa sentença em 12 de fevereiro de 2016. Durante o segundo trimestre de 2016 foram feitos pagamentos complementares ao processo da arbitragem, registrados como reserva de capital no montante de R\$ 770, líquido dos efeitos tributários.

15. PARTES RELACIONADAS

15.1. Transações e saldos

A Companhia possui contrato de compartilhamento de despesas com a empresa coligada Rio Paranapanema Participações S.A. (anteriormente denominada Duke Energy International, Brasil Ltda.). O saldo a receber de partes relacionadas destes contratos em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 151 (R\$ 234 em 31 de dezembro de 2015). Na medida em que clientes da Companhia e sua Controlada necessitam de garantias em operações comerciais, a Rio Paranapanema Participações fornece tais garantias, cujo montante em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 171.787 e R\$ 1.823 respectivamente (R\$ 189.394 e R\$ 1.687 respectivamente em 31 de dezembro de 2015). As demais transações relevantes com partes relacionadas referem-se à distribuição dos dividendos.

15.2. Contrato de desenvolvimento de projetos

Em 21 de dezembro de 2012, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 334/2008 revogada pela Resolução Normativa ANEEL nº 699/2016 políticas internas da Companhia foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a assinatura do Contrato de Desenvolvimento de Projetos ("Contrato"), pelo prazo de 4 (quatro) anos, tendo como contraparte empresa do mesmo grupo econômico da Companhia, Duke Brasil (atualmente denominada Rio Paranapanema Participações S.A. ou "Paranapanema Participações"), acionista Controladora da Companhia, que tem por objeto social a participação em licitações e/ou leilões realizados no âmbito do setor elétrico, obtendo as correspondentes concessões, permissões ou autorizações.

Trata-se da iniciativa da Companhia e da Paranapanema Participações de disciplinarem a forma de desenvolvimento e aquisição de projetos no setor elétrico, sendo que a Paranapanema Participações assumiria todos os custos para estudos de novos projetos, bem como os riscos associados ao desenvolvimento propriamente dito, até a obtenção da fase de operação comercial, bem como obteria todas as licenças e autorizações necessárias para o desenvolvimento, construção e/ou operação de cada projeto e a Companhia forneceria suporte técnico, operacional e pessoal para a Paranapanema Participações, nos termos do Contrato. Em dezembro de 2013, foi instituído o Comitê Independente para estudo de potencial aquisição do projeto desenvolvido pela empresa do mesmo grupo econômico da Companhia, DEB - Pequenas Centrais Hidrelétricas Ltda. (atualmente denominada Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda. - ("Sapucaí-Mirim" ou "Projeto")), o qual já atingiu a Fase de Operação Comercial, nos termos do Contrato e da legislação em vigor.

O objetivo do Comitê Independente foi assegurar que as transações com Partes Relacionadas, realizadas no âmbito do Contrato, estejam sempre em cumprimento estrito das condições em bases comutativas, negociadas independentemente por meio de um processo transparente e seguro. Tal órgão foi formado por 03 (três) membros, sendo 01 (um) membro nomeado pelos representantes dos acionistas minoritários da Companhia, 01 (um) pela Paranapanema Participações, e o terceiro mediante acordo mútuo dos 02 (dois) primeiros membros. Em setembro de 2014, após análise pelo Comitê Independente da transação, foi emitida a seguinte recomendação à Assembleia Geral de Acionistas, que seria responsável por analisar a aquisição da Sapucaí-Mirim pela Companhia: "(a) o encaminhamento do report de Due Diligence sobre a Sapucaí-Mirim para análise do Conselho de Administração, uma vez que, em seu entendimento, ele abordou de forma adequada a situação técnica, fiscal, contábil, ambiental, regulatória e legal do Projeto; (b) o encaminhamento, ao Conselho de Administração, da minuta de Contrato de Compra e Venda de Quotas, a ser firmado entre Paranapanema Participações e a Companhia com a interveniência da Sapucaí-Mirim, para aprovação dos órgãos sociais da Companhia competentes para prosseguimento da Transação; (c) a adoção do Preço de Transferência, e correspondente Preço de Aquisição, de R\$ 181 milhões somado ao caixa adquirido de R\$ 10,4 milhões, totalizando R\$ 191,4 milhões (conforme nota 10), para compra e venda da totalidade da participação da Paranapanema Participações no Projeto, sendo que o Preço de Aquisição estará sujeito a ajuste, para mais ou para menos, em decorrência de qualquer eventual variação na posição da Dívida Líquida da Sociedade verificada entre (i) 30 de junho de 2014; e (ii) a Data de Fechamento, conforme vier a constar das Demonstrações Financeiras do Fechamento; e (d) o estabelecimento do prazo de até 6 (seis) meses contados da data de assinatura do contrato para a obtenção da competente autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para a transferência da participação societária".

Durante a Assembleia Geral de Acionistas, realizada no dia 02 de outubro de 2014, foi aprovado o exercício da opção de compra do Projeto pela Companhia, nos termos da Cláusula VII, item 7.1 do Contrato de Desenvolvimento de Projetos assinado entre a Companhia e a Paranapanema Participações em 21 de dezembro de 2012, condicionada à prévia anuência da ANEEL, nos termos da Resolução Normativa da ANEEL nº 484/2012, a qual foi obtida por meio da Resolução Autorizativa ANEEL nº 5.182/2015, de 22 de abril de 2015. Em 06 de maio de 2015, a Companhia adquiriu 99,99% de participação societária na Controlada, com base nos acordos contratuais firmados entre Paranapanema Participações e a Companhia, acima explicado, passando a Sapucaí-Mirim a ser subsidiária da Companhia. Em 21 de dezembro de 2016 o contrato terminou sua vigência e não foi renovado.

15.3. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em 28 de abril de 2016, em Assembleia Geral Ordinária (AGO), foi aprovado o valor da remuneração anual da Administração da Companhia no montante global de até R\$ 11.900 para 2016, sendo distribuído da seguinte forma: (a) R\$ 1.700 para o Conselho de Administração; (b) R\$ 9.000 para a Diretoria; e (c) R\$ 1.200 para o Conselho Fiscal. Segue detalhe da remuneração relacionada às pessoas-chave da Administração:

	Controladora e consolidado	
	2016	2015
Benefícios de curto prazo a empregados e administradores	8.793	8.581
Benefícios pós-emprego	308	270
Conselho fiscal	996	949
	10.097	9.800
	37	34
	10.134	9.834

Pagamento baseado em ações (vide nota 23.5)

Alguns administradores da Companhia eram elegíveis ao Programa de Incentivo de Longo Prazo (Long Term Incentive Program - LTI), estabelecido e composto por ações da sua Controladora indireta. No ano de 2016, a Companhia reconheceu como despesas relativas ao plano de pagamento baseado em ações da antiga Controladora o montante de R\$ 37 (R\$ 34 no ano de 2015). A Companhia não possui plano local envolvendo suas ações.

16. DEBÊNTURES

16.1. Composição e vencimento das debêntures

a) Composição

Emissão	Série	Remuneração	Venci-mento	Controladora e Consolidado				
				2016			2015	
				Circulante			Não Circulante	
				Principal	Juros, Variação Monetária e (Custos de Transação)	Total	Principal	Juros, Variação Monetária e (Custos de Transação)
3ª	Única	Variação CDI + 1,15% a.a.	10/01/17	75.000	5.303	80.303	—	—
4ª	1	Variação CDI + 0,65% a.a.	16/07/18	83.325	10.717	94.042	83.350	(78)
4ª	2	Variação IPCA + 6,07% a.a.	16/07/23	—	8.739	8.739	250.000	70.213
5ª	1	Variação CDI + 0,89% a.a.	20/05/19	79.659	3.536	83.195	159.341	(567)
5ª	2	Variação IPCA + 7,01% a.a.	20/05/21	—	12.195	12.195	240.000	50.410
6ª	Única	Variação CDI + 2,00% a.a.	10/09/18	—	6.909	6.909	160.000	(529)
				237.984	47.399	285.383	892.691	119.449
							1.012.141	1.012.141

Emissão	Série	Remuneração	Venci-mento	Controladora e Consolidado				
				2015			2016	
				Circulante			Não Circulante	
				Principal	Juros, Variação Monetária e (Custos de Transação)	Total	Principal	Juros, Variação Monetária e (Custos de Transação)
3ª	Única	Variação CDI + 1,15% a.a.	10/01/17	75.000	10.386	85.386	75.000	—
4ª	1	Variação CDI + 0,65% a.a.	16/07/18	83.325	16.279	99.604	166.675	(234)
4ª	2	Variação IPCA + 6,07% a.a.	16/07/23	—	8.195	8.195	50.348	300.348
5ª	1	Variação CDI + 0,89% a.a.	20/05/19	—	3.377	3.377	239.000	(967)
5ª	2	Variação IPCA + 7,01% a.a.	20/05/21	—	11.412	11.412	240.000	31.862
				158.325	49.649	207.974	970.675	81.009
							1.051.684	1.051.684

b) Vencimento

Vencimento a longo prazo	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
Debêntures	321.638	176.279	96.763	203.572	106.559	107.329	1.012.140

16.2. Movimentação

	3ª Emissão		4ª Emissão		5ª Emissão		6ª Emissão	
	Série Única	Série 1	Série 2	Série 1	Série 2	Série Única	Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	160.386	266.045	308.543	241.410	283.274	—	1.259.658	—
Movimentação das debêntures								
Captação de debêntures	—	—	—	—	—	160.000	160.000	
Custos de transação	—	—	—	—	—	(1.559)	(1.559)	
Amortização de custos de transação	194	156	77	400	286	237	1.350	
Pagamento de debêntures	(75.000)	(83.325)	—	—	—	—	(158.325)	
Apropriação juros	11.391	30.290	19.704	34.754	20.669	7.702	124.510	
Apropriação de variação monetária	—	—	19.787	—	18.263	—	38.050	
Apropriação de reembolso de juros	—	—	—	—	—	(774)	(774)	
Recebimento de reembolso de juros	—	—	—	—	—	774	774	
Pagamento de juros	(16.668)	(35.852)	(19.159)	(34.595)	(19.887)	—	(126.161)	
	(80.083)	(88.731)	20.409	559	19.331	166.380	37.865	
	80.303	177.314	328.952	241.969	302.605	166.380	1.297.523	

Saldo em 31 de dezembro de 2016

16.3. Sexta emissão de debêntures

Em 08 de setembro de 2016, a Companhia realizou captação de R\$ 160.000 (cento e sessenta milhões de reais) no mercado na forma de dívida, por meio da 6ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, emitidas sob a forma nominativa, escritural, da espécie quirografária, no mercado local, as quais foram distribuídas com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009, destinadas exclusivamente a investidores qualificados.

A emissão foi realizada em série única, composta de 16.000 (dezesseis mil) debêntures no valor nominal de R\$ 10 (dez mil reais) cada, com prazo de vencimento em 2 (dois) anos.

A liberação efetiva do recurso ocorreu em 20 de setembro de 2016. Os juros incorridos entre a data da emissão das debêntures e a liberação efetiva dos recursos, que totalizam R\$ 774, foram reembolsados à Companhia e registrados no Resultado Financeiro, no subgrupo "Despesas Financeiras", sob a descrição de "Recuperação de juros e atualização monetária de debêntures".

A oferta foi emitida com base nas deliberações:

- i. da Reunião de Diretoria da Companhia realizada em 17 de junho de 2016;
- ii. da Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 17 de junho de 2016;
- iii. no parecer favorável do Conselho Fiscal da Companhia em 17 de junho de 2016;
- iv. Reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de agosto de 2016;

v. Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas realizada em 15 de julho de 2016, que aprovou proposta apresentada pelo Banco Citibank S.A.

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão foram utilizados integralmente para:

i. o pagamento dos valores do principal da primeira parcela de amortização das debêntures da terceira emissão da companhia, nos termos do Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações, celebrado em 28 de dezembro de 2011;

ii. principal da primeira parcela de amortização das debêntures da primeira série da quarta emissão da companhia, nos termos do Instrumento Particular de Emissão Pública Não Conversíveis em Ações celebrado em 03 de julho de 2013.

Os custos de transação incorridos na captação estão contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido e foram

considerados para determinar a taxa efetiva dos juros, em consonância com o IAS 39.

Os covenants financeiros da sexta emissão de debêntures são idênticos às cláusulas restritivas previstas nas outras emissões da Companhia (vide nota 16.4).

16.4. Covenants Financeiros

As cláusulas restritivas (covenants) previstas no Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações da Terceira, Quarta, Quinta e Sexta emissões da Companhia são:

- Índice entre divisão da Dívida Líquida pelo Ebitda que deverá ser igual ou inferior a 3,20;
- Índice entre divisão do Ebitda pelo Resultado Financeiro que deverá ser igual ou superior a 2,0.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia atendeu os referidos índices financeiros e, portanto, cumpriu com os referidos covenants.

16.5. Covenants não financeiros

Além das cláusulas restritivas relacionadas a índices financeiros mencionados anteriormente, há cláusulas restritivas referentes a outros assuntos da Terceira, Quarta, Quinta e Sexta emissões, os quais vem sendo atendidas pela Companhia, dos quais destacamos os mais relevantes:

i. Inadimplemento no pagamento de quaisquer outras obrigações financeiras, de forma agregada ou individual, contraídas pela Emissora, no mercado local ou internacional em valor superior a R\$ 30 milhões;

ii. 3ª/4ª/5ª debênture - Transferência de controle acionário direto ou indireto da Companhia, desde que, após tal transferência as classificações de risco pela Moody's ou Standard & Poor's ou na falta destas, a Fitch, rebaixar, por motivos diretamente ligados à transferência do controle acionário, a classificação de risco da Companhia em dois níveis em relação à classificação de risco vigente na data da emissão;

iii. 6ª debênture - efetiva conclusão (closing) de transferência de controle acionário (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) direto ou indireto da Companhia;

Caso ocorra o Evento de Inadimplemento previsto o Agente Fiduciário deverá convocar assembleia geral de Debenturistas. Se, na referida assembleia geral de Debenturistas, Debenturistas representando, no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, decidirem por não considerar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, ou, ainda, em caso de suspensão dos trabalhos para deliberação em data posterior, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures; caso contrário, se Debenturistas representando no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, decidirem por considerar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, o Agente Fiduciário deverá, imediatamente, declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

iv. Cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia, exceto se cumpridas exigências dos itens a, b e c desta mesma cláusula das escrituras de emissão de debêntures;

v. Término antecipado ou intervenção, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão pelo poder concedente relativo ao serviço público de energia elétrica;

vi. Redução de capital da Companhia poderá ser realizada se observado o limite igual ou inferior a 0,7, do índice financeiro quociente da divisão da dívida total pelo somatório da dívida total e capital social da Companhia.

As outras cláusulas restritivas estão detalhadas nas escrituras de emissão das debêntures, disponível no site <http://www.paranapanemaenergia.com.br> - "Investidores" - "Informação aos investidores".

A transferência do controle acionário para a CTG Brasil, descrita na nota explicativa 1, não resultou em nenhuma alteração na classificação de risco concedido à Companhia pelas agências Moody's e Standard & Poor's, portanto, a empresa permanece em conformidade ao item ii, descrito acima.

Em 25 de novembro de 2016, ocorreu Assembleia Geral de Debenturistas da sexta emissão de Debêntures, que por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, aprovou e consentiu a transferência do controle acionário da Companhia, atendendo assim ao item iii descrito acima.

17. EMPRÉSTIMO

Em 05 de maio de 2015, a Controladora realizou captação de um empréstimo com o banco Citibank, no montante de R\$ 181.000, sendo o mesmo atualizado a 100% da variação acumulada do CDI, acrescido de juros de 1,40% ao ano. O prazo de vencimento desse empréstimo é de dois anos, podendo ocorrer um pré-pagamento, após o primeiro ano de vigência do contrato. Não há ativos dados como garantia para a obtenção dessa operação financeira e não há cláusulas restritivas.

17.1. Composição e vencimento

a) Composição

Remuneração	Vencimento	Controladora e Consolidado					
		2016			2015		
		Circulante			Não Circulante		
		Principal	Juros	Total	Principal	Juros	Total
Variação CDI + 1,40% a.a	05/05/17	181.000	49.228	230.228	181.000	18.125	199.125
Vencimento a curto prazo					2017		Total
Empréstimo					230.228		230.228

b) Movimentação

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2015	199.125
Apropriação juros	31.103
Saldo em 31 de dezembro de 2016	230.228

18. CIBACAP - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA BACIA CAPIVARA

A Companhia firmou compromissos com as Prefeituras Municipais da Bacia Capivara e com o Departamento de Estrada de Rodagem do Paraná, partes integrantes do Cibacap, envolvidos com a formação do reservatório da UHE Capivara ("Capivara"). Esses compromissos envolvem projetos, conforme acordo de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) existente em função das perdas, danos e/ou prejuízos causados a estes municípios em virtude da construção de Capivara.

A Companhia revê periodicamente os montantes de recursos necessários para fazer frente às obrigações deste contrato, ajustando o saldo da provisão no passivo sempre que necessário.

	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
Circulante	890	—
Não circulante	9.936	10.135
	10.826	10.135

19. PLANO DE PENSÃO E APOSENTADORIA

As obrigações com a Fundação CESP (uma das entidades administradoras dos planos de benefícios), referente ao Plano com Benefício Definido, são registradas no passivo não circulante na rubrica de plano de pensão e aposentadoria.

I - Conciliação dos ativos/passivos) a serem reconhecidos no balanço patrimonial

	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas	(249.225)	(196.393)
Valor justo dos ativos	268.363	232.080
Potencial ativo a ser reconhecido no balanço patrimonial antes do ajuste	19.138	35.687
Efeito do limite do ativo devido	(19.138)	(35.687)
(Passivo)/ativo reconhecido no balanço patrimonial após o ajuste	—	—

O CPC 33 (R1) (Benefícios a empregados) exige que ativos eventualmente gerados sejam analisados e, caso não seja evidenciada a possibilidade de utilização desses recursos pela Companhia, deve-se aplicar tal restrição. A restrição, de reconhecimento do ativo na Companhia, ocorreu devido ao fato de que os superavits do plano de previdência não serão utilizados pela Companhia como redução futura de contribuições ou retorno de recursos para a mesma.

II - Movimento do (passivo)/ativo a ser reconhecido no balanço patrimonial

	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
(Despesa)/receita do exercício	(1.693)	(2.084)
Contribuições da empresa realizadas no exercício	842	799
Ganho/(perda) reconhecido imediatamente - efeito no patrimônio líquido	(23.830)	(4.140)
Variação do efeito do limite do ativo - efeito no patrimônio líquido	24.681	5.425
(Passivo)/ativo a ser reconhecido no final do exercício	—	—

III - Evolução do valor presente das obrigações no final do exercício

	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
Valor presente das obrigações no início do exercício	196.393	189.373
Custo do serviço corrente	2.906	3.241
Da Rio Paranapanema Energia	1.808	2.187
Contribuições dos empregados	1.098	1.054
Custo dos juros	23.385	21.407
Benefícios pagos no exercício	(12.252)	(10.990)
(Ganho)/perda no passivo	38.793	(6.638)
Valor presente das obrigações no final do exercício	249.225	196.393

IV - Evolução do valor justo dos ativos no final do exercício

	Control
--	---------



CTG Brasil

Rio Paranapanema Energia S.A.
CNPJ nº 02.998.301/0001-81
Companhia Aberta



continuação NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

II - Hipóteses demográficas

	Controladora e Consolidado			
	2016		2015	
Tábua de Mortalidade	AT-2000		AT-2000	
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-1949		AT-1949	
Tábua de Entrada em Invalidez	Light Fraca		Light Fraca	
Tábua de Rotatividade	Experiência Fundação CESP 2012		Experiência Fundação CESP 2012	
Idade de Aposentadoria	Idade com direito a todos os benefícios integrais		Idade com direito a todos os benefícios integrais	
% de participantes ativos casados na data da aposentadoria	95%		95%	
Diferença de idade entre participante e cônjuge	Esposas são 4 anos mais jovens do que os maridos		Esposas são 4 anos mais jovens do que os maridos	

19.1. Fundação CESP III

A Companhia é copatrocinadora da Fundação CESP, entidade jurídica sem fins lucrativos que tem por finalidade proporcionar benefícios de suplementação de aposentadoria e pensões, utilizando o regime financeiro de capitalização, de acordo com o qual o valor presente dos benefícios a serem pagos, menos o valor presente das contribuições e rendimentos, determina as necessidades de reservas.

O contrato de Confissão de Dívida para financiamento de déficit atuarial, referente ao Benefício Suplementar Proporcional Saldo (BSPS), possui originalmente, vencimento final em 30 de novembro de 2017. O saldo desse contrato é atualizado pela variação do custo atuarial, ou pela variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), acrescida de juros de 6% ao ano, dos dois aplica-se o maior, sendo este incorporado mensalmente ao valor do principal.

De acordo com a cláusula 10ª, após a publicação anual do Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios (DRAA), relativo ao exercício anterior, será comparado ao saldo da dívida. Sempre que o saldo remanescente for maior que o valor apontado no DRAA como passivo a descoberto do plano, as prestações estipuladas na cláusula 8ª do presente instrumento serão reduzidas na mesma proporção. Caso da comparação retro referida resulte, ao contrário, em um valor menor do que o apontado no DRAA, as prestações estipuladas na cláusula 8ª serão revistas de modo a manter na íntegra a obrigação prevista neste contrato, observada os termos da cláusula 9ª, parágrafo único. Em virtude da apresentação de superávit, o saldo foi reduzido a zero em janeiro de 2007, superávit este verificado até 31 de dezembro de 2016.

Referido contrato é considerado, na sua essência, uma garantia para equacionamento do fluxo de caixa entre a Companhia e a Fundação CESP.

19.2. Deliberação CVM nº 695/2012 (CPC 33 (R1))

A Companhia designou a empresa Willis Towers Watson Consultoria Ltda., para conduzir a avaliação atuarial de seus benefícios pós-emprego visando determinar os passivos e custos que os mesmos representam, com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1) (Benefícios a empregados), obrigatório para as Sociedades Anônimas de capital aberto pela Deliberação CVM nº 695/2012.

20. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E AMBIENTAIS

A Administração da Companhia, baseada em levantamentos e pareceres elaborados pela área jurídica e por consultores jurídicos externos, registra provisões para cobrir as perdas e obrigações em potencial, relacionadas às ações trabalhistas, fiscais, ambientais e regulatórias.

Adicionalmente, a Companhia tem ações de naturezas trabalhistas, fiscais, ambientais, regulatórias e cíveis, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos externos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir.

Os depósitos judiciais, apresentados como redução do saldo, referem-se somente aos depósitos com provisões para riscos trabalhistas e fiscais, sendo que os demais depósitos são demonstrados em nota específica (vide nota 9).

20.1. Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais

20.1.1. Composição

	Controladora			
	2016		2015	
	Provisão	Depósito judicial	Provisões líquidas	Provisões líquidas
Trabalhistas	12.316	(2.745)	9.571	8.883
Fiscais	17.641	(750)	16.891	12.428
Ambientais	6.239	–	6.239	5.156
	36.196	(3.495)	32.701	26.467

	Consolidado			
	2016		2015	
	Provisão	Depósito judicial	Provisões líquidas	Provisões líquidas
Trabalhistas	12.722	(2.771)	9.951	9.116
Fiscais	17.641	(750)	16.891	12.428
Ambientais	6.239	–	6.239	5.156
	36.602	(3.521)	33.081	26.700

20.1.2. Movimentação das provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais

	Controladora			
	Trabalhista	Fiscal	Ambiental	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	8.883	12.428	5.156	26.467
Contingências				
Provisões do exercício	1.594	4.037	591	6.222
Reversões do exercício	(1.336)	–	(2)	(1.338)
Atualizações de contingências	1.292	469	774	2.535
Acordos/pagamentos do exercício	(422)	–	(3.480)	(3.902)
	1.128	4.506	(2.117)	3.517
Depósitos judiciais				
Atualizações monetárias	(270)	(43)	(228)	(541)
(Adições)	(213)	–	–	(213)
Baixas	43	–	3.428	3.471
	(440)	(43)	3.200	2.717
	9.571	16.891	6.239	32.701

Saldo em 31 de dezembro de 2016

	Consolidado			
	Trabalhista	Fiscal	Ambiental	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	9.116	12.428	5.156	26.700
Contingências				
Provisões do exercício	1.960	4.037	591	6.588
Reversões do exercício	(1.457)	–	(2)	(1.459)
Atualizações de contingências	1.415	469	774	2.658
Acordos/pagamentos do exercício	(637)	–	(3.480)	(4.117)
	1.281	4.506	(2.117)	3.670
Depósitos judiciais				
Atualizações monetárias	(274)	(43)	(228)	(545)
(Adições)	(438)	–	–	(438)
Baixas	266	–	3.428	3.694
	(446)	(43)	3.200	2.711
	9.951	16.891	6.239	33.081

Saldo em 31 de dezembro de 2016

a) Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2016, as contingências trabalhistas líquidas somam R\$ 9.571 na Controladora e R\$ 9.951 no Consolidado (R\$ 9.116 em 31 de dezembro de 2015), referem-se a ações movidas por ex-empregados e terceirizados, envolvendo horas extras, periculosidade, equiparação salarial, vínculo empregatício, entre outras.

As constituições referem-se a novas ações e reavaliações por parte dos assessores jurídicos da Companhia decorrentes de sentença desfavoráveis no período, bem como em função de decisão do Tribunal Superior do Trabalho, que modificou o critério para atualização de débitos trabalhistas. As baixas do exercício referem-se a encerramentos de ações no curso normal dos processos e mediante celebração de acordos judiciais.

b) Fiscais

Em 31 de dezembro de 2016, as provisões para riscos fiscais com expectativa de perda provável são referentes:

i. Auto de infração referente à destinação para incentivo fiscal do Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM) dos recolhimentos do imposto sobre lucro inflacionário, efetuados nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2000. A Companhia protocolou o processo administrativo nº 19515.003540/2005-96 junto à Receita Federal, que julgou procedente os recolhimentos dos meses de janeiro e fevereiro, permanecendo provisionado o montante relativo a março de 2000, atualizado para 31 de dezembro de 2016, no montante de R\$ 2.830 (R\$ 2.719 em 31 de dezembro de 2015);

ii. Processo administrativo nº 10880.723970/2011-33, que trata de pedidos eletrônicos de restituição ou ressarcimento de créditos de COFINS do ano de 2004. Foi apresentado recurso administrativo em razão de parte dos valores não terem sido homologados pela Receita Federal, valores estes que totalizam R\$ 12.233 (R\$ 7.915 em 31 de dezembro de 2015);

iii. Processo administrativo nº 16349.720107/2011-38, que trata de pedidos eletrônicos de restituição ou ressarcimento de créditos de COFINS do ano de 2001. Foi apresentado recurso administrativo em razão de parte dos valores não terem sido homologados pela Receita Federal, valores estes que totalizam R\$ 440 (R\$ 557 em 31 de dezembro de 2015);

iv. Processo administrativo nº 16349.720176/2012-22, que trata de pedidos eletrônicos de restituição ou ressarcimento de créditos de PIS e de COFINS. Foi apresentado recurso administrativo em razão de os valores não terem sido homologados pela Receita Federal, valores estes que, atualizados para 31 de dezembro de 2016, totalizam R\$ 1.389 (R\$ 1.237 em 31 de dezembro de 2015).

c) Ambientais

Em 31 de dezembro de 2016, as principais provisões relativas aos riscos ambientais com expectativas de perda provável são referentes:

i. Ação para compensação de impactos ambientais movida pelo Município de Santo Inácio no montante atualizado de R\$ 3.199 (R\$ 2.990 em 31 de dezembro de 2015);

ii. Ação anulatória de auto de infração movida em face do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) no montante atualizado de R\$ 976;

iii. Provisão para compensação de impactos ambientais referente a terreno localizado no Município de Pederneiras no montante de R\$ 47 (R\$ 47 em 31 de dezembro de 2015).

20.2. Contingências possíveis

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Trabalhistas	6.817	8.848	8.064	9.428
Fiscais	134.040	126.155	134.040	126.155
Ambientais	23.616	20.191	23.616	20.191
Regulatórias	83.260	76.503	83.260	76.503
Cíveis	6.881	711	6.881	711
	254.614	232.408	255.861	232.988

a) Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2016, as contingências trabalhistas com expectativa de perda possível estão avaliadas no montante de R\$ 6.817 (R\$ 8.848 em 31 de dezembro de 2015) na Controladora e R\$ 8.064 no Consolidado.

A variação na rubrica de contingências trabalhistas é decorrente de reavaliações de determinadas ações judiciais feitas por assessores jurídicos da Companhia que resultaram na constituição de provisão, conforme descrito na nota 20.1a.

b) Fiscais

Em 31 de dezembro de 2016, as principais contingências fiscais com expectativa de perda possível são:

i. Mandado de Segurança nº 2004.61.00.025355-3, impetrado em face do Delegado da Receita Federal de Administração Tributária em São Paulo, visando à concessão de liminar/segurança para ser reconhecido o direito da Companhia de, por força de denúncia espontânea prevista no artigo 138 do Código Tributário Nacional (CTN), não se sujeitar à multa de mora na quitação de seus débitos de PIS, IRPJ, CSLL e IOF mediante pagamentos e compensações. Débitos com exigibilidade suspensa por depósitos judiciais e perda possível avaliada em R\$ 8.458 (R\$ 7.739 em 31 de dezembro de 2015);

ii. Autos de infração referentes à aplicação de multa por suposta falta de emissão de documentos fiscais relativos à Usina de Canoas II, nos anos-bases de 2001 a 2005. A Companhia protocolou processos administrativos junto à Fazenda Estadual do Paraná. Todos os processos estão aguardando decisão definitiva na esfera administrativa, no montante de R\$ 9.922 (R\$ 9.282 em 31 de dezembro de 2015);

iii. Processos Administrativos originados de pedidos de restituição de saldo negativo de tributos (IRPJ, IRRF e CSLL). Em todos os casos a Companhia apresentou manifestações de inconformidade, as quais aguardam julgamento. Valor classificado como possível de R\$ 30.313 (R\$ 29.276 em 31 de dezembro de 2015);

iv. Processos administrativos oriundos de pedidos de compensação de tributos pagos a maior pela Companhia (CSLL, IRPJ e COFINS), no montante de R\$ 68.405 (R\$ 65.288 em 31 de dezembro de 2015).

O montante de R\$ 26.864 está pulverizado em vários outros processos.

c) Ambientais

As contingências ambientais com expectativas de perda possível referem-se a Autos de Infração lavrados pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), relativos a supostas infrações ambientais ocorridas nas Usinas Chavantes, Canoas I, Canoas II, Taquaruçu e Capivara. A Companhia apresentou recursos administrativos e ajuizou ações judiciais visando declarar a nulidade das multas.

O valor atualizado para 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 23.616 (R\$ 20.191 em 31 de dezembro de 2015).

d) Regulatórias

Em 31 de dezembro de 2016, as contingências regulatórias com expectativa de perda possível são:

i. Por conta da recusa da Companhia em pagar os valores em disputa na Ação Ordinária mencionada na nota 13 (“Encargos de Uso da Rede Elétrica”), a ANEEL lavrou o Auto de Infração nº 014/09-SFG por supostamente não ter a Companhia (i) firmado os Cusd com as concessionárias de distribuição; e (ii) não ter quitado o passivo da TUSD-g acumulado de julho de 2004 a junho de 2009. Por conta disso, a Companhia ajuizou Mandado de Segurança para suspender a cobrança da multa imposta, tendo sido a liminar deferida em junho de 2009. Em junho de 2013, foi proferida sentença negando a segurança ao Mandado de Segurança impetrado pela Companhia, mantendo-se a multa imposta pela ANEEL. Em outubro de 2013 a Companhia requereu no processo a suspensão da exigibilidade da multa até o julgamento definitivo do Mandado de Segurança, mediante o depósito do valor integral e atualizado da multa objeto da ação. Em novembro de 2013, foi proferida decisão indeferindo o pedido de efeito suspensivo. Contra essa decisão a Companhia ajuizou Medida Cautelar Inominada, com pedido liminar, requerendo a suspensão da exigibilidade da multa, mediante depósito de seu valor integral e atualizado, o que foi deferido. Em dezembro de 2013, a Companhia interps recurso de apelação requerendo a anulação da sentença que denegou o Mandado de Segurança. O valor atualizado da multa, classificado como perda possível, é de R\$ 29.311 (R\$ 26.382 em 31 de dezembro de 2015);

ii. Em 2002, uma distribuidora de energia elétrica ingressou com ação judicial visando não se sujeitar a aplicação retroativa da Resolução 288 da ANEEL. A Companhia pode ser impactada por eventual decisão favorável à distribuidora e o valor atualizado em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 38.424 (R\$ 35.698 em 31 de dezembro de 2015);

iii. Entre 2010 e 2012, uma associação de distribuidoras e uma distribuidora ingressaram com ações judiciais visando anular os despachos SFF/ANEEL nº 2.517/10 e 1.175/12, respectivamente. A Companhia pode ser impactada por eventuais decisões favoráveis às distribuidoras. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 15.524 (R\$ 14.423 em 31 de dezembro de 2015).

e) Cíveis

As contingências cíveis com expectativa de perda possível referem-se a ação ordinária nº 0000082-48.20038.26.0415, visando o recebimento de indenização em razão de alegada desapropriação indireta, no montante de R\$ 6.881.

21. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS

	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
Provenientes do ativo imobilizado (vide nota nº 11)		
Doações de equipamentos - ONS	556	1.400
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	479	115
	1.035	1.515
Provenientes do ativo intangível (vide nota nº 12)		
Pesquisa e desenvolvimento (P&D) - <i>Software</i>	723	1.143
	1.758	2.658

Doações de equipamentos: Equipamentos operacionais cedidos pelo ONS.

Pesquisa e Desenvolvimento: Imobilizados e intangíveis adquiridos e/ou desenvolvidos com recursos oriundos de P&D.

22. ENCARGOS SETORIAIS

As obrigações a recolher provenientes de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico são as seguintes:

	Controladora			
	2016		2015	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH)	14.398	–	15.134	–
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica (TFSEE)	465	–	417	–
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	12.940	8.647	21.263	5.462
RGR - Quota de juros	12	–	–	–
	27.815	8.647	36.814	5.462

	Consolidado			
	2016		2015	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante

Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH)	14.398	–	15.134	–
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica (TFSEE)	472	–	425	–
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	12.940	8.647	21.263	5.462
RGR - Quota de juros	12	–	–	–
	27.822	8.647	36.822	5.462

Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)

A CFURH foi criada pela Lei nº 7.990/1989 e destina-se a compensar os Estados, o Distrito Federal e os municípios afetados pela perda de terras produtivas, ocasionadas por inundações de áreas na construção de reservatórios de usinas hidrelétricas. Também são beneficiados pela compensação financeira os órgãos da administração direta da União.

Taxa de Fiscalização do Serviço de Energia Elétrica (TFSEE)

A TFSEE foi instituída pela Lei nº 9.427/1996, e equivale a 0,4% do benefício econômico anual auferido pela concessionária, permissionária ou autorizado do serviço público de energia elétrica. O valor anual da TFSEE é estabelecido pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita e destina-se à cobertura do custeio de suas atividades. A TFSEE fixada anualmente é paga mensalmente em duodécimos pelas concessionárias. Sua gestão fica a cargo da ANEEL.

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

De acordo com o Contrato de Concessão, Lei nº 9.991/2000, artigo 24 da Lei nº 10.438/2002 e artigo 12 da Lei nº 10.848/2004, as empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público de distribuição, geração ou transmissão de energia elétrica, assim como as autorizadas à produção independente de energia elétrica, exceto aquelas que geram energia exclusivamente a partir de pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, cogeração qualificada, usinas eólicas ou solares, devem aplicar o montante mínimo de 1% (um por cento) de sua Receita Operacional Líquida em Pesquisa e Desenvolvimento do Setor de Energia Elétrica e Eficiência Energética (no caso das Distribuidoras), segundo os procedimentos e regulamentos estabelecidos pela ANEEL.

Em atendimento ao Ofício Circular SFF/ANEEL nº 2.409/2007, a Companhia tem apresentado os gastos com P&D no grupo das deduções da receita bruta.

Para fins de reconhecimento dos investimentos realizados a empresa de energia elétrica deve encaminhar ao final dos projetos um Relatório de auditoria contábil e financeira e um Relatório Técnico específicos dos projetos de P&D para avaliação final e parecer da ANEEL.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

23.1. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social autorizado da Companhia é de R\$ 2.355.580, sendo R\$ 785.193 em ações ordinárias e R\$ 1.570.387 em ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 839.138 (R\$ 839.138 em 31 de dezembro de 2015) dividido em 94.433.283 (noventa e quatro milhões, quatrocentas e trinta e três mil, duzentas e oitenta e três) ações, sendo 31.477.761 (trinta e um milhões, quatrocentas e setenta e sete mil, setecentas e sessenta e uma) ações ordinárias e 62.955.522 (sessenta e dois milhões, novecentas e cinquenta e cinco mil, quinhentas e vinte e duas) ações preferenciais, todas nominativas escriturais, sem valor nominal.

	Posição Acionária em 31/12/2016 (Em milhares de ações)					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Acionistas						
Rio Paranapanema Participações S.A. (anteriormente demoninada Duke Energy International, Brasil Ltda.)	31.181	99,06	57.850	91,89	89.031	94,28
Duke Energy International Brazil Holdings S.à.r.l. (anteriormente denominada Duke Energy International Brazil Holdings Ltd.)	—	—	735	1,17	735	0,78
Cia Metropolitana de São Paulo	—	—	1.070	1,70	1.070	1,13
Vinci Gas Dividendos Fundo de Investimento em ações	3	0,01	1.009	1,60	1.012	1,07
Demais pessoas físicas e jurídicas	294	0,93	2.291	3,64	2.585	2,74
	31.478	100,00	62.955	100,00	94.433	100,00

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Valor por ação dos dividendos, JSCP

Deliberação	Provento	Montante	Valor por ação - R\$	
			PN	ON
AGE de 27/12/2016	Juros sobre capital próprio	62.893	0,666000	0,666000
AGE de 26/10/2016	Dividendos intermediários	178.235	1,887422	1,887422
AGO de 28/04/2016	Dividendos propostos	115.999	1,150727	1,383645
AGE de 28/12/2015	Juros sobre capital próprio	52.505	0,556000	0,556000
AGE de 30/10/2015	Dividendos intermediários	76.583	0,888604	0,655685
AGO de 27/04/2015	Dividendos propostos	60.410	0,639706	0,639706

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a distribuição dos resultados apurados em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano far-se-á semestralmente, em Assembleia Geral, ou em períodos inferiores, caso o Conselho de Administração delibere a distribuição de dividendos trimestrais ou intermediários. Caberá à Assembleia Geral deliberar, até 31 de outubro de cada ano, sobre a distribuição de dividendos baseados nos resultados apurados no balanço semestral de 30 de junho, conforme estipulado no Estatuto Social, respeitado o disposto no parágrafo 3º do artigo 205 da Lei nº 6.404/1976. O Conselho de Administração poderá deliberar a distribuição de dividendos trimestrais, com base em balanço especial levantado para esse fim, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre civil não exceda o montante das reservas de capital de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/1976. Mediante deliberação da Companhia de Administração, poderão ser declarados dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral já aprovado pela Assembleia Geral. Antes da distribuição dos dividendos serão deduzidos 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social. Após a dedução para a reserva legal, os lucros líquidos distribuir-se-ão na seguinte ordem: i. dividendo de até 10% (dez por cento) ao ano às ações preferenciais, a ser rateado igualmente entre elas, calculado sobre o capital próprio a esta espécie de ações; ii. dividendo de até 10% (dez por cento) ao ano às ações ordinárias, a ser rateado igualmente entre elas, calculado sobre o capital próprio a esta espécie de ações; iii. distribuição do saldo remanescente às ações ordinárias e preferenciais, em igualdade de condições. Os dividendos intermediários foram aprovados em AGE realizada em 26 de outubro de 2016, a qual referendou a proposta da Administração da Companhia quanto à declaração de dividendos intermediários no montante global de R\$ 178.235, debitado integralmente à conta de lucro líquido do exercício, e alocado às ações preferenciais ou ordinárias à razão de R\$ 1,887422 por ação, em cumprimento ao disposto no item (ii), do artigo 5º e no artigo 28, do Estatuto Social da Companhia e pago em 17 de novembro de 2016 e, portanto, sem incidência de correção sobre o valor creditado aos acionistas entre a data de declaração, na AGE, e o efetivo crédito aos acionistas, considerado como adiantamento para fins do cômputo de aferição do dividendo prioritário fixo atribuível às ações preferenciais na AGE de 2017 da Companhia, conforme previsão estatutária e legal.

23.5. Pagamento baseado em ações

Não há plano de remuneração baseado em ações de emissão da Companhia aos membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária ou seus empregados.

No entanto, em 2016 alguns administradores e gestores da Companhia foram elegíveis ao Plano de Incentivo de Longo Prazo (*Long Term Incentive Plan* - LTIP), o qual foi estabelecido pela antiga Controladora e condicionado ao alcance de metas corporativas globais e/ou permanência do empregado, como parte da sua estratégia de retenção de longo prazo de profissionais e criação de valor para o negócio de forma sustentável.

O programa concedeu ao empregado a oportunidade de receber uma remuneração baseada nas ações e pagas pela antiga Controladora, sem ônus para a Companhia. A Companhia não possui plano local envolvendo suas ações.

O referido programa foi outorgado aos empregados que sejam elegíveis. O programa outorga uma determinada quantidade de ações ou “*performance shares*” (o empregado recebe um determinado número de ações da antiga Controladora e ainda seus dividendos equivalentes), sendo que a quantidade de tais ações pode variar conforme performance de certas metas preestabelecidas bem como “*restricted stock units (RSU)*” (direito outorgado ao executivo de receber ações da Duke Energy Corporation cumprido o período de três anos). O quadro a seguir apresenta o número de ações emitidas pela Controladora e suas respectivas movimentações:

	Em quantidade de ações	
Saldo em 31 de dezembro de 2015		282
Exercidas		(260)
Canceladas		(22)
Saldo em 31 de dezembro de 2016		-

No exercício de 2016, a antiga Controladora remunerou os empregados elegíveis em R\$ 37 (R\$ 34 no exercício de 2015) referente ao pagamento baseado em ações que a Companhia reconheceu como despesa em seu resultado em contrapartida de reservas de capital, em consonância com o CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações (vide nota 15.3); de tal forma, que todas as ações foram exercidas e canceladas.

23.6. Ajustes de avaliação patrimonial

	Controladora e Consolidado		
	Custo atribuído	Plano de pensão	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	732.143	-	732.143
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial			
Depreciação	(104.480)	-	(104.480)
Baixa	(4.384)	-	(4.384)
IRPJ/CSLL diferidos	<u>37.014</u>	-	<u>37.014</u>
	(71.850)	-	(71.850)

Resultado abrangente

Ganhos atuariais com plano de pensão de benefício definido	-	859	859
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ganhos atuariais	-	(292)	(292)
	-	567	567
	-	(567)	(567)

Reclassificação dos ganhos atuariais líquidos - CPC 33 (R1)

Saldo em 31 de dezembro de 2016	660.293	-	660.293
--	----------------	---	----------------

As informações referentes ao custo atribuído estão detalhadas na nota 11.1

24. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Suprimento de energia elétrica				
Contratos bilaterais	1.315.113	1.302.467	1.347.057	1.326.314
Contratos de leilões	72.103	-	72.103	-
Mercado de curto prazo (MCP)	2.749	28.181	2.897	30.591
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	<u>73.635</u>	<u>38.422</u>	<u>73.934</u>	<u>38.437</u>
	1.463.600	1.369.070	1.495.991	1.395.342
	325	276	325	276
	1.463.925	1.369.346	1.496.316	1.395.618
Outras receitas				
Deduções à receita operacional				
PIS e COFINS	(129.790)	(120.911)	(131.037)	(121.945)
ICMS	(20.028)	(46.105)	(20.028)	(46.105)
P&D	<u>(11.940)</u>	<u>(11.348)</u>	<u>(11.940)</u>	<u>(11.348)</u>
	(161.758)	(178.364)	(163.005)	(179.398)
	1.302.167	1.190.982	1.333.311	1.216.220

25. ENERGIA ELÉTRICA VENDIDA E COMPRADA E ENCARGOS DE USO DA REDE

25.1. Energia elétrica vendida

	Controladora				Consolidado			
	2016		2015		2016		2015	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos bilaterais	7.715.365	1.315.113	7.938.583	1.302.467	7.855.030	1.347.057	8.023.328	1.326.314
Contratos de leilões	484.954	72.103	-	-	484.954	72.103	-	-
Mercado de curto razo (MCP)	(20.871)	2.749	143.478	28.181	(21.465)	2.897	176.626	30.591
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	<u>6.061.265</u>	<u>73.635</u>	<u>3.495.073</u>	<u>38.422</u>	<u>6.086.039</u>	<u>73.934</u>	<u>3.496.640</u>	<u>38.437</u>
	14.240.713	1.463.600	11.577.134	1.369.070	14.404.558	1.495.991	11.696.594	1.395.342

(*) Não auditados pelos auditores independentes

O maior volume de energia gerado pela Companhia resultou um incremento das vendas no MRE de R\$ 35.497 ou 92% no comparativo com 2015. O volume negativo de energia vendida na linha de MCP é explicado devido ao provisionamento do volume vendido ter sido maior do que o volume realizado em dezembro de 2016.

A tabela a seguir resume os volumes em MWm de energia assegurada contratadas pela Companhia no Ambiente de Contratação Livre (ACL) e Ambiente de Contratação Regulada (ACR) em 31 de dezembro de 2016.

	Controladora		Controlada	
	MWm (*)		MWm (*)	
	2016	2015	2016	2015
Energia disponível para venda	1.028	1.019	16	16
ACR	55	-	-	-
2016 (3 anos)	55	-	-	-
ACL	878	903	16	12
Contratos bilaterais de venda de energia	878	906	16	16
Contratos bilaterais de compra de energia	-	(3)	-	(4)
Energia livre para contratação	95	116	0	4
Percentual de energia contratada	90,8%	88,6%	100%	75,0%

(*) Não auditados pelos auditores independentes

O saldo de energia elétrica comprada para revenda foi reduzido em comparação ao mesmo período do ano anterior, devido à recuperação do cenário hidrológico, além da redução no preço médio do PLD. O volume negativo de energia comprada na linha de MRE, é explicado devido o provisionamento do volume comprado ter sido maior do que o volume realizado em dezembro de 2016.

25.3. Encargos de uso da rede elétrica

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Tust	98.704	87.116	98.704	87.116
Tusd-g	10.794	9.239	11.262	9.540
Encargos de conexão	<u>245</u>	<u>221</u>	<u>245</u>	<u>221</u>
	109.743	96.576	110.211	96.877

As tarifas devidas pela Companhia e sua Controlada e estabelecidas pela ANEEL são: Tust, Tusd-g e Encargos de Conexão (vide nota 13). A Tust remunera o uso da Rede Básica, que é composta por instalações de transmissão com tensão igual ou superior a 230 kV. A parte de cada empresa do total do encargo é calculada com base em: (i) valor comum a todos os empreendimentos (selo), referente à aproximadamente 80% do encargo Tust, e (ii) valor que considera a proximidade do empreendimento de geração em relação aos grandes centros consumidores no caso da geração ou a proximidade em relação aos grandes centros geradores no caso das distribuidoras ou consumidores livres (locacional), referente à aproximadamente 20% do encargo Tust. As usinas que pagam Tust são: UHEs Jurumirim, Capivara, Chavantes e Taquaruçu, pois estão ligadas diretamente à Rede Básica. A Tusd-g remunera o uso do sistema de distribuição de uma concessionária de distribuição específica. As concessionárias de distribuição operam linhas de energia em baixa e média tensão que são utilizadas pelos geradores para ligar suas usinas à Rede Básica ou a centros de consumo. As usinas da Companhia que pagam Tusd-g para acessar os centros de consumo, são: UHEs Rosana (que se encontra na área de concessão da Elektro Eletricidade e Serviços S.A.) e Canoas I e Canoas II e Salto Grande (que se encontram na área de concessão da Empresa de Distribuição de Energia Vale Parapanema S.A.). As PCHs Retiro e Palmeiras (que se encontram na área de concessão da CPFL) também estão sujeitas a este pagamento. Os encargos de conexão são pagos mensalmente à CTEEP devido ao uso de instalações na tensão de distribuição (entrada de linha em 13,8 kV).

26. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receitas				
Aplicações financeiras	69.452	25.901	75.041	29.515
Variações monetárias	10.453	9.660	10.682	9.866
Depósitos judiciais	10.449	9.658	10.678	9.864
Outras	4	2	4	2
Juros e descontos obtidos	<u>1.347</u>	<u>747</u>	<u>1.485</u>	<u>809</u>
	81.252	36.308	87.208	40.190

Despesas

Juros debêntures	(125.889)	(126.225)	(125.889)	(126.225)
Juros empréstimos CCB	(31.102)	(18.125)	(31.102)	(18.125)
Variações monetárias	(70.442)	(68.559)	(71.554)	(70.053)
Debêntures	(38.050)	(55.541)	(38.050)	(55.541)
Tusd-g	(9.683)	(8.091)	(9.683)	(8.091)
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	(2.508)	(3.046)	(2.632)	(3.174)
Atualização monetária referente à liminar GSF	(18.638)	-	(18.772)	-
Atualização financeira por processo arbitral	-	-	(853)	(1.365)
Outras	(1.563)	(1.881)	(1.564)	(1.882)
Recuperação de juros e atualização monetária de debêntures (vide nota nº 16.3)	774	-	774	-
Despesas plano de pensão (vide nota nº 19)	(1.693)	(2.084)	(1.693)	(2.084)
Outras despesas financeiras	<u>(5.155)</u>	<u>(2.050)</u>	<u>(5.169)</u>	<u>(2.075)</u>
	(233.507)	(217.043)	(234.633)	(218.562)
	(152.255)	(180.735)	(147.425)	(178.372)

27. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo básico e diluído de lucro líquido por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	2016	2015
Numerador		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Preferenciais	240.693	121.765
Ordinários	<u>120.347</u>	<u>60.882</u>
	361.040	182.647
Denominador (Média ponderada de números de ações)		
Preferenciais	62.955	62.955
Ordinários	<u>31.478</u>	<u>31.478</u>
	94.433	94.433
Resultado básico e diluído por ação		
Preferenciais	3,82322	1,93414
Ordinários	3,82322	1,93414

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações da Companhia e sua Controlada compreendem a geração e a venda de energia elétrica para companhias distribuidoras e clientes livres. As vendas são efetuadas através dos denominados “contratos bilaterais”, assinados em período posterior ao da privatização da Companhia, que determinam a quantidade e o preço de venda da energia elétrica. O preço é reajustado anualmente pela variação do IGP-M ou IPCA. Eventuais diferenças entre a quantidade de energia gerada, energia alocada e o somatório das quantidades vendidas através de contratos são ajustadas através das regras de mercado e liquidadas no âmbito da CCEE. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia e de sua Controlada estão descritos na nota 4. Nos contratos fechados no mercado livre com os consumidores livres e comercializadores, a Companhia e sua Controlada, através da área de crédito, efetua a análise de crédito e define os limites e garantias que serão requeridos.

Todos os contratos tem cláusulas que permitem a Companhia e sua Controlada cancelar o contrato e a entrega de energia no caso de não cumprimento dos termos do contrato.

28.1. Instrumentos financeiros no balanço patrimonial

28.1.1 Considerações gerais

A Companhia participa de operações que envolvem instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir a exposição a riscos de mercado e de moeda. A administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, minimizando a exposição em suas operações. Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão representados por:

Natureza	Classificação	Hierarquia do Valor Justo (vide nota 2.1)	2016		2015	
			Valor Contábil	Valor a Mercado	Valor Contábil	Valor a Mercado
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	852.563	852.563	464.069	464.069
Clientes	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	<u>135.892</u>	<u>135.892</u>	<u>170.198</u>	<u>170.198</u>
			988.455	988.455	634.267	634.267
Passivos						
Fornecedores	Outros passivos financeiros	Nível 2	347.622	347.622	175.719	175.719
Arbitragem	Outros passivos financeiros	Nível 2	-	-	15.081	15.081
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Outros passivos financeiros	Nível 2	228.692	228.692	161.904	161.904
Encargos setoriais	Outros passivos financeiros	Nível 2	36.469	36.469	42.284	42.284
Debêntures	Outros passivos financeiros	Nível 2	1.297.523	1.237.089	1.259.658	1.504.645
Empréstimo	Outros passivos financeiros	Nível 2	<u>230.228</u>	<u>188.298</u>	<u>199.125</u>	<u>167.020</u>
			2.140.534	2.038.170	1.853.771	2.066.653

A Companhia não realizou operações com derivativos nos exercícios de 2016 e 2015, dessa forma, não possui operações com derivativos na data destas demonstrações financeiras. Também não há exposição a variações cambiais e em moeda estrangeira, por não possuir tais operações.

28.1.2 Risco de liquidez

A Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do grupo, cumprimento de cláusulas restritivas (“*covenants*”), cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais. A Companhia e sua Controlada investem o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez adequada para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões anteriormente mencionadas. A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos (debêntures e empréstimos) da Companhia e os respectivos prazos de amortização. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros, com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Emissão	Série	Remuneração	Controladora e Consolidado					
			Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a dois anos	Mais de dois anos	Total
3ª	Única	Variação CDI + 1,15% a.a.	80.576	—	—	—	—	80.576
4ª	1	Variação CDI + 0,65% a.a.	11.942	—	94.990	93.436	—	200.368
4ª	2	Variação IPCA + 6,07 % a.a.	—	—	19.903	42.838	486.210	548.951
5ª	1	Variação CDI + 0,89% a.a.	—	—	108.431	175.427	—	283.858
5ª	2	Variação IPCA + 7,01% a.a.	—	—	20.883	153.510	259.327	433.720
6ª	Única	Variação CDI + 2,00% a.a.	—	12.279	12.634	180.659	—	205.572
CCB	—	Variação CDI + 1,40% a.a.	—	—	241.925	—	—	241.925
			92.518	12.279	498.766	645.870	745.537	1.994.970

★continuação					
PARECER DO CONSELHO FISCAL					
O Conselho Fiscal da Rio Paranapanema Energia S.A. (“Companhia”), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 12.901, 30º andar, Torre Norte, Bairro Brooklin, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 02.998.301/0001-81, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada em 21.3.2017, examinou as Demonstrações Financeiras da Companhia (e Notas Explicativas), o Relatório Anual da Administração, a Proposta para Distribuição do Resultado e o Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2016. Com base nos exames efetuados, observadas as análises levadas a efeito e os esclarecimentos apresentados pelos administradores da Companhia e auditoria independente, o Conselho Fiscal, por unanimidade de seus membros, opina favoravelmente, sem qualquer ressalva, às Demonstrações Financeiras da Companhia (e Notas Explicativas), ao Relatório Anual da Administração e à Proposta para Distribuição do Resultado, determinando o encaminhamento do presente parecer à assembleia geral ordinária, para os devidos fins de direito.					
São Paulo, 21 de março de 2017					
Jarbas Tadeu Barsanti Ribeiro	François Moreau	Marcelo Curti	Ary Waddington	Edmundo Falcão Koblitz	Murici dos Santos
Conselheiros Efetivos			Conselheiros Suplentes		

DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
Os membros do Conselho de Administração da Rio Paranapanema Energia S.A. (“Companhia”), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 12.901, 30º andar, Torre Norte, Bairro Brooklin, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 02.998.301/0001-81, declaram que: (i) examinaram e discutiram o Relatório da Administração e as demais Demonstrações Financeiras da Companhia, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016; e (ii) manifestaram sua inteira concordância, por unanimidade, quanto aos referidos documentos. Face ao exposto, é manifestação do Conselho de Administração que os citados documentos merecem a aprovação da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas, a realizar-se em abril de 2017.			
São Paulo, 16 de março de 2017			
Yinsheng Li	Yujun Liu	Eliseu Nogueira de Andrade	Evandro Leite Vasconcelos
Presidente	Membros Efetivos		

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA			
Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria da Rio Paranapanema Energia S.A. (“Companhia”), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 12.901, Centro Empresarial Nações Unidas, Edifício Torre Norte, 30º andar, Bairro Brooklin Novo, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 02.998.301/0001-81, declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com o Relatório Anual da Administração e com as Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício social findo em 31 de dezembro de 2016; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, relativamente às Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.			
São Paulo, 16 de março de 2017			

Yinsheng Li			
Presidente			
Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho	Carlos Alberto Dias Costa	João Luis Campos da Rocha Calisto	Plautius Soares André Filho
Diretor Executivo Financeiro, de Controles Internos e Informática e Diretor Executivo de Relações com Investidores	Diretor de Operações e Meio Ambiente	Diretor Executivo de Assuntos Regulatórios e Planejamento Energético	Diretor Executivo Comercial

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		CONSELHO FISCAL		DIRETORIA ESTATUTÁRIA	
Yinsheng Li		Jarbas Tadeu Barsanti Ribeiro		Yinsheng Li	
Presidente		Presidente		Diretor Executivo Presidente	
Yujun Liu		François Moreau		Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho	
Membro Efetivo		Conselheiro Efetivo		Diretor Executivo Financeiro, de Controles Internos e Informática	
Evandro Leite Vasconcelos		Marcelo Curti		e Diretor Executivo de Relações com Investidores	
Membro Efetivo		Conselheiro Efetivo		Carlos Alberto Dias Costa	
Eliseu Nogueira de Andrade		Edmundo Falcão Koblitz		Diretor Executivo de Operações e Meio Ambiente	
Membro Efetivo		Conselheiro Suplente		João Luis Campos da Rocha Calisto	
Narciso Meschiatti Filho		Ary Waddington		Diretor Executivo de Assuntos Regulatórios e Planejamento Energético	
Membro Suplente		Conselheiro Suplente		Plautius Soares André Filho	
		Murici dos Santos		Diretor Executivo Comercial	
		Suplente			

Antonio Patricio Franco Martins	Narciso Meschiatti Filho
Gerente Geral de Controladoria	Contador - 1SP-101290/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
--

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Rio Paranapanema Energia S.A. (anteriormente denominada Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A.)
São Paulo - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Rio Paranapanema Energia S.A. (“Companhia”) (anteriormente denominada Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A.), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo da principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Rio Paranapanema Energia S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase
Conforme descrito nas notas explicativas nº 2.13 e nº 3.1.2, os bens do imobilizado da atividade de geração de energia no regime de produção independente são depreciados pelo seu prazo estimado de vida útil, considerando os fatos e as circunstâncias que estão mencionados nas referidas notas. À medida que novas informações ou decisões do órgão regulador ou do Poder Concedente sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação desses ativos poderá ou não ser alterado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados - Impairment
Conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS, a Companhia deve avaliar, ao término de cada período de reporte, se há alguma indicação de que a perda por desvalorização reconhecida em períodos anteriores para um ativo, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), possa não mais existir, ter diminuído significativamente ou aumentado. Se existir alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável desse ativo.

O teste de *impairment* é um assunto significativo no contexto de nossa auditoria, dada a relevância do saldo do ativo imobilizado da Companhia e de sua controlada, bem como do saldo de provisão para redução ao valor recuperável registrado em anos anteriores referente aos ativos da Controlada Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda. (anteriormente denominada Duke Energy International Geração Sapucaí-Mirim Ltda.), conforme descrito na nota explicativa 11. O processo de avaliação realizado pela Administração é complexo e exige alto nível de julgamento baseado em premissas, dentre as quais destacamos especificamente (i) taxa de desconto, (ii) preço de venda de energia e (iii) *Generation Scaling Factor - GSF*, que são afetadas por expectativas de mercado, situação econômica do país e hidrologia para todo o Sistema Interligado Nacional.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a discussão com os especialistas da Companhia para obter o entendimento sobre o processo de análise efetuado e seleção e validação das premissas utilizadas, a utilização de nossos especialistas em *valuation* para auxiliar na avaliação das premissas mencionadas anteriormente, assim como na análise sobre a adequação das metodologias utilizadas pela Controlada, e testes sobre a precisão matemática dos cálculos efetuados pela Administração. Adicionalmente, concentramos esforços na revisão da adequação das divulgações da Companhia sobre as premissas mais sensíveis para o teste de *impairment*, conforme nota explicativa nº11.7, ou seja, aqueles que têm o efeito mais significativo na determinação do valor recuperável da unidade geradora de caixa.

Outros assuntos
Demonstração do valor adicionado
As demonstrações individuais e consolidadas da Administração (“DVA”), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações, que compreendem o relatório da administração e o balanço social, obtidos antes da data deste relatório, e também o relatório de sustentabilidade, que deve ser disponibilizado após a data desse relatório. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, o balanço social e o relatório de sustentabilidade e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler essas outras informações, ao fazê-lo, considerar se esse estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante nas outras informações obtidas antes da data desse relatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de sua controlada.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
 - Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.
- Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 16 de março de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Iara Pasian
Contadora
CRC nº 1 SP 121517/O-3